



# ZERO

FLORIANÓPOLIS, JUNHO 2003 - ANO XVIII, NÚMERO 4

# FRAUDES

Os repórteres que mentem em Nova Iorque e Buenos Aires e comprometem a credibilidade

# E OFF NO

O repórter que rompeu o *off* e criou polêmica nacional. E o *off* que criou os repórteres

# JORNALISMO



Luiz Cláudio Cunha, Percival de Souza e Nelson Motta em três entrevistas exclusivas nas páginas. 6, central e 15



Melhor Jornal-laboratório  
1 Prêmio Foca  
Sind. dos Jornalistas de SC  
2000



3º Melhor  
Jornal-laboratório  
do Brasil  
Exposcom 94



Melhor Peça Gráfica  
I, II, III, IV, V e XI  
Set Universitário  
88, 89, 90, 91, 92 e 98

Jornal-laboratório do  
Curso de Jornalismo da  
Universidade Federal de  
Santa Catarina

CONCLUÍDO EM 12/06/2003

Arte: Alexandre  
Brandão, Gisele  
Pungan

Apoio: LabFoto,  
LabInfografia,  
LabRádio, RexLab

Colaboração: Adriana  
Küchler, Carlos André  
Laner, Rúbia Muttini

Copy-writer: Débora

Remor, Felipe Bächtold, Fernanda  
Menegotto, Jeanne Callegari, Maycon  
Stahelin, Upiara Boshi

Direção de Arte e de Redação:  
Jornalista e professor Ricardo  
Barreto

Edição: Alexandre Brandão, Maycon  
Stahelin, Tadeu Martins, Wagner  
Maia, Wendel Martins (Sênior),  
Débora Remor, Felipe Bächtold,  
Fernanda Menegotto, Cristian  
Janiake, Marco Britto

Editoração eletrônica,  
tratamento de imagens e  
produção gráfica: Alexandre  
Brandão

Fotografia: Alan Marques, David  
Corio, David Leeson, Fabiano Ávila,  
Gabriel Rinaldi, Guang Niu, Jane de  
Araújo, Mike Cassese, Richard Chung,  
Teh Eng Koon, Wagner Maia

Serviços Editoriais: Agência  
Senado, AP, Comunique-se, Corbis,  
Dallas Morning News, Editora  
Objetiva, Folha Imagem, IstoÉ, Kyodo  
News, Reuters, Sítio EAM, Sítio Deep  
Throat Uncovered, The New York  
Times on the Web, TXT, Washington  
Post

Textos: Felipe Bächtold, Fernanda  
Menegotto, Jeanne Callegari, Maycon  
Stahelin, Marcela Campos, Marco  
Britto, Mário Coelho Jr, Tadeu  
Martins, Valéria Noletto, Wendel  
Martins

Impressão: Diário Catarinense  
Redação: Curso de Jornalismo  
(UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP  
88040-900, Florianópolis, SC  
Telefones: 55 (48) 331-6599,  
331-9490, 331-9215  
Fax: (48) 331-9490

Sítio: www.zero.ufsc.br

Webmaster: Mariana Romani

E-mail: zero@cce.ufsc.br

Circulação: Gratuita e dirigida

Tiragem: 5.000 exemplares

# Deu pau no New York Times

## Matérias falsas abalam credibilidade do maior jornal americano

Jayson Blair supostamente escreveu 73 matérias jornalísticas para o *New York Times* entre outubro de 2002 e abril de 2003. Supostamente por que pelo menos 36 dessas reportagens ou não foram feitas por ele ou não passavam de ficção. Foi o que o próprio jornal admitiu em uma matéria de quatro páginas no dia 11 de maio deste ano. Blair plagiou jornais e agências de notícias, inventou situações e declarações, descreveu locais e circunstâncias que via em fotografias para convencer seus editores que tinha estado naqueles lugares, mentiu tanto que levou o próprio *NY Times* a escrever que "o dano causado ao jornal e aos funcionários não terá seu esvaído na próxima semana, no próximo mês ou no próximo ano."

Os editores descobriram as invenções do repórter a partir de um artigo de Blair publicado na capa da edição de 26 de abril sobre um soldado desaparecido no Iraque. No dia 29 Robert Rivard, editor do *San Antonio Express-News*, enviou um e-mail ao *NY Times* afirmando que a matéria de Blair era muito semelhante a uma reportagem publicada em seu jornal em 18 de abril. "Continuarei lendo o que pensei ser nossa própria reportagem republicada", confessou Rivard. Pressionado pelas perguntas sobre o artigo, Blair deixou o jornal em que trabalhou por mais de quatro anos no dia do trabalho. Mas seus superiores haviam descoberto apenas a última das fraudes. Na verdade, Blair enganou seus chefes desde o princípio: a investigação interna descobriu que, ao contrário do que disse quando começou a trabalhar como estagiário, ele nunca terminou a graduação na Universidade de Maryland.

Duas semanas antes da demissão Blair escreveu outra matéria sobre fuzileiros feridos no Iraque. Um deles, escreveu o repórter, "questionou a legitimidade da sua dor emocional quando pensou no caso do colega na cama ao lado, um maratonista que tinha perdido parte da perna por causa de uma mina terrestre no Iraque". Uma cena forte que Blair disse ter presenciado, mas que nunca ocorreu. O cabo James Klingel, que supostamente teria dito essa frase, disse que nunca viu Jayson Blair, só conversou com ele por telefone, e não tinha certeza se realmente teria dito aquela frase. "Li o artigo sobre mim no *New York Times*", afirmou aos investigadores do jornal. "A maior parte daquilo eu não disse", garante.

"Cada jornal, como cada banco ou departamento de polícia, confia que seus funcionários sigam determinados princípios, e a investigação em curso mostrou que o sr. Blair violou repetidamente o dogma básico do jornalismo, que é simplesmente a verdade", escreveu o jornal mais influente dos Estados Unidos, e talvez do mundo, no seu pedido de desculpas ao público. No entanto, os responsáveis por supervisionar os repórteres não deram a atenção devida aos sinais de que Blair poderia estar quebrando o citado dogma.

**Indícios ignorados** - Durante os quatro anos em que Blair trabalhou no *Times*, vários editores e repórteres expressaram dúvidas sobre sua maturidade e capacidade de trabalho. Os erros eram tão frequentes, o

comportamento tão antiprofissional, que em abril de 2002 Jonathan Landman, editor do caderno de Notícias Metropolitanas, notificou à direção de redação: "Temos de fazer Jayson parar de escrever para o *Times*. Agora mesmo." Mas isso não aconteceu. Ele foi somente advertido que seu emprego estava em risco, e melhorou sua performance, segundo avaliação dos editores na época. Tanto que em outubro ele foi promovido para a editoria Nacional, e escolhido para cobrir o caso do franco-atirador de Washington. Em menos de uma semana, um artigo de Blair com detalhes da prisão de um suspeito saiu na capa do jornal, e as críticas surgiram logo em seguida. Tanto o procurador-geral dos EUA quanto um funcionário sênior do FBI negaram certos pontos da matéria, e até mesmo vários repórteres veteranos da sucursal do *Times* em Washington questionaram a veracidade das informações aos editores principais. No final de dezembro outra reportagem sobre o caso apareceu na primeira página com informações supostamente exclusivas de fontes internas não identificadas, e novamente de Blair foi contestado. "Não creio que alguém na investigação seja responsável pelo vazamento, porque grande parte disso está totalmente errado", disse o promotor Robert Horan Junior, de Fairfax, estado da Virgínia.

Entre a primeira cobertura analisada, em outubro passado, sobre os franco-atiradores, até sua última reportagem, Blair despachou artigos afirmando estar em 20 cidades de seis diferentes estados dos EUA. No entanto, durante esse período ele não apresentou nenhuma conta de hotel, aluguel de carro ou passagem de avião. A única despesa que ele regularmente enviava para o jornal era do telefone celular. Gerald Boyd, um dos editores que apoiou a ascensão de Blair dentro do *Times*, admite que a distração em relação a esse detalhe foi um erro grave. "Ter um repórter nacional que deveria estar viajando para trabalhar para o jornal e que não apresenta nenhuma despesa dessas viagens em quatro meses é certamente algo que deveria ter chamado a nossa atenção".

**Politicamente correto demais** - Na matéria em que expôs o caso, o *NY Times* deu algumas razões para a continuidade e o crescimento de Blair na redação, apesar das constantes reclamações contra ele. Alguns achavam que ele tinha agressividade e estilo. "Esse cara é faminto", disse o editor-executivo Howell Raines ao lembrar por que ele e Boyd escolheram o repórter para cobrir o caso do franco-atirador. O jornal ainda apontava para as poucas reclamações dos personagens dos artigos de Blair e para uma falha de comunicação entre os editores. Mas o real motivo para tanta paciência só apareceria mais tarde. No dia 14 de maio a direção do jornal



Blair: o repórter ficcionista

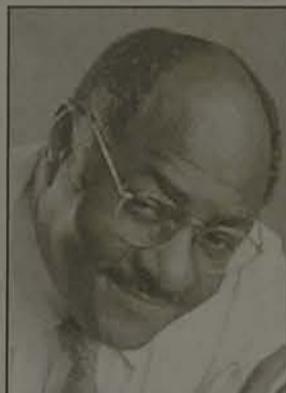
convocou uma reunião com mais de 600 funcionários e jornalistas para discutir o caso. Em meio a diversas reclamações sobre o modo como conduzia a redação, Raines admitiu a sua parcela de culpa. O editor reconheceu que o seu complexo de culpabilidade de branco do sul dos EUA, região de intensos conflitos raciais, teve influência na sua decisão de dar tantas chances ao negro Jayson Blair.

Além da necessidade pessoal de Raines de não parecer racista, Blair foi beneficiado por uma espécie de sistema de cotas de diversidade étnica que existe na mídia dos EUA, ou seja, um número mínimo de negros que cada empresa deve ter, a chamada "ação afirmativa". Em janeiro de 2001, Blair foi promovido a repórter em tempo integral com apoio do também negro Gerald Boyd, então subeditor administrativo. O editor-executivo na época, com aval do *publisher* do *Times*, deixou claro o compromisso da companhia com a diversidade étnica. Beatriz Singer, redatora do sítio Observatório da Imprensa, afirma, em artigo sobre o caso, que "fica realmente difícil dissociar a contratação de Blair da obrigação moral do jornal mais moralmente correto dos EUA".

**Conseqüências** - O primeiro efeito da descoberta das fraudes de Blair foi a reunião interna, onde os problemas internos foram expostos em público. Arthur Sulzberger Jr., presidente da *Times Co.*, e membro da família que controla o jornal há 107 anos, foi acusado, ao lado de Raines e Boyd, de "ter destruído a credibilidade do jornal". Depois da investigação interna inicial no *Times*, que resultou no mea-culpa do dia 11 de maio, foi criada uma comissão com mais de 20 jornalistas, inclusive quatro de fora do jornal, para rever os procedimentos da Redação e verificar se o controle interno de checagem das matérias é tão rigoroso quanto deveria ser. "A saga de Jayson Blair é, acima de tudo, uma saga muito triste", diz Christine Chinlund, ombudsman do *Boston Globe*. "Ela se instituiu como uma lembrança a todos os jornalistas e editores sobre a necessidade de uma vigilância extrema quanto a exatidão. Não podemos, jamais, abrir mão disso".

Alberto Dines, editor do Observatório da Imprensa, afirma em artigo de 14 de maio que "mesmo que a punição do repórter Blair seja resultado de um surto de auto-flagelação puritana ficam automaticamente desfeitas e desmentidas as afirmações tantas vezes reiteradas - inclusive neste *Observatório* - de que a grande imprensa americana é incompetente e desleixada". Segundo o *Le Monde*, dias depois de publicada a matéria em que foi acusado das fraudes Jayson Blair concedeu entrevista ao *The New York Observer* e zombou dos antigos patrões. "Eu sou uma ilustração do que está errado no *New York Times*. (...) Eu era um negro naquele jornal, e isso é algo que pode tanto prejudicar como ajudar um profissional na redação". O diário francês também informou que Blair já assinou contrato com um agente literário e está negociando a publicação de um livro, além de sua participação em programas de televisão, e ainda estuda a elaboração do roteiro de um filme sobre a sua vida.

Maycon Stahelin



Boyd: promoção precipitada

# Episódio demite os dois principais editores

A crise gerada pelo caso Jayson Blair no *The New York Times* culminou nos pedidos de demissão, no dia 5 de junho, de Howell Raines, editor-executivo do diário e de Gerald Boyd, gerente editorial e segundo na hierarquia. O escândalo Blair trouxe à tona uma série de descontentamentos de repórteres e editores do *Times* contra Raines, que teria um jeito autocrático e arrogante de comandar o jornal.

No dia seguinte às demissões, o jornal justificou o ocorrido em um editorial na primeira página, dizendo que "o bem-estar de uma grande instituição é sempre mais importante do que as carreiras daqueles que a integram". Para Jerry Nachman, editor executivo da rede de TV americana MSNBC, a demissão de Howell Raines seria o correspondente no jornalismo à renúncia de Richard Nixon, presidente americano, na década de 70.

Os dois editores foram criticados por terem negligenciado a permanência de Jayson Blair. Em novembro passado, por exemplo, Raines designou Blair para cobrir o caso do franco-atirador de Washington mesmo após o chefe da editoria de local do jornal ter levantado suspeitas quanto a veracidade das informações apuradas pelo repórter fraudador.

A outra grande acusação contra Raines e Boyd dizia respeito às sucessivas promoções que Blair recebeu em sua curta carreira. Em apenas quatro anos de jornal, ele passou de estagiário para repórter nacional. O editor-executivo, que há dois anos mencionou Blair em um discurso para a Associação de Jornalistas Negros como "um exemplo do compromisso do *Times* com as novas gerações", teria permitido a ascensão do fraudador para dar diversidade étnica ao corpo de repórteres.

Com a revelação do escândalo Blair e a demissão, no final de maio, de Richard Bragg, repórter acusado de omitir a participação de colaboradores em suas matérias (veja texto na página 3), a relação de Raines com seus repórteres e editores foi piorando. Alguns de seus subordinados chegaram a dizer ao *publisher* do *Times*, Arthur Sulzberger Jr, que as divergências entre eles e o editor-executivo eram "insuperáveis".



Raines: ignorou avisos

No dia das demissões, o *publisher* agradeceu, em mensagem para os funcionários, aos ex-cabeças do diário mais famoso do mundo por "colocarem os interesses do jornal acima das ambições pessoais". Para Mitch Blumenthal, editor da seção local do *Times*, "Raines já cobriu bastante os bastidores de Washington - ele sabia que em situações como a que enfrentou, quem paga o preço sempre é o chefe".

Para assumir o cargo de Raines, foi indicado Joseph Levyveld, ex-editor-executivo do jornal, de 66 anos.

Na tentativa de evitar novos escândalos, foi criada uma comissão de observadores para analisar os procedimentos da redação, como contratações, promoções, uso de fontes anônimas e o trabalho de *free-lancers*. Para Martin Wolff, um dos mais respeitados críticos de mídia dos EUA, não é o suficiente: "A permanência de Sulzberger Jr. como *publisher* ainda está em dúvida".

Felipe Bächtold

# Vencedor do Pulitzer engana NYT

**Rick Bragg é suspenso por não creditar *free-lancer*, pede a conta e amplia crise**

A crise de credibilidade enfrentada pelo *The New York Times* e as discussões em torno sobre os métodos de reportagem de seus jornalistas não parou no caso Jayson Blair. Três semanas e meia após Blair admitir que inventou ou plagiou pelo menos 36 de suas reportagens, Rick Bragg, outro repórter e um dos jornalistas mais respeitados dos EUA e vencedor do prêmio Pulitzer em 1996, foi suspenso por duas semanas pela direção do *Times*. Anunciou sua demissão no dia 28 de maio lamentando-se ao *Washington Post* que foi vítima da "atmosfera venenosa" que se abateu sobre o célebre diário desde o caso Blair.

Bragg foi objeto de uma nota no *The New York Times* na seção Correções, que retifica todos os dias erros menores publicados em edições anteriores. A nota menciona uma reportagem publicada em 15 de junho de 2002 e creditada a Rick Bragg, correspondente em Nova Orleans, sobre os produtores de ostras do Golfo da Flórida. A direção do jornal reconheceu que a matéria deveria ter sido assinada também pelo colaborador *free-lancer* J. Wes Yoder, que fez as entrevistas e a apuração de reportagem sobre a vida dos produtores de ostra em Apalachicola. Rick Bragg teria apenas visitado a cidade e redigido o texto final.

Catherine Mathis, porta-voz do *Times*, não quis comentar a suspensão. "O jornal não comenta suas práticas internas", advertiu. A suspensão foi divulgada por outros diários nova-iorquinos, entre eles o *New York Post* e o *Daily News*. De acordo com o *Columbia Journalism Review*, um leitor escreveu ao *Times* afirmando que Bragg nunca havia sido visto em Apalachicola. Desde a divulgação das fraudes de Jayson Blair (que mereceram quatro páginas de desculpas no *Times*), o jornal oferece uma espécie de linha direta aos leitores para que comentem possíveis furos em matérias, através do e-mail [retrace@nytimes.com](mailto:retrace@nytimes.com). Segundo Zef Chafets, colunista do site *My daily news*, ninguém sabe exatamente quem está sendo avaliado.

Essa "atmosfera venenosa" que se abateu sobre o *Times* foi o motivo alegado por Bragg ao decidir abandonar o jornal, logo após ter sido suspenso pela direção. Em entrevista ao *Washington Post*, Bragg diz ter sido punido por práticas que considera "usuais" em Jornalismo. "Vou recebê-la (a informação) de um *free-lancer*. Vou recebê-la de um estagiário. Vou recebê-la de um assistente. Se um repórter fizer entrevistas para mim, irei usá-las. Vou mandar pessoas por mim se eu não tiver tempo para estar lá. Isso não é incomum, é o que nós (jornalistas) fazemos".

Bragg justificou sua dependência da apuração de outras pessoas por sofrer de uma forma séria de diabetes, que causa problemas circulatórios nas pernas e dificulta suas viagens. "Minha função era pegar o avião e dormir no hotel", se defende ao *Washington Post*. "Já dei matérias de um aeroporto depois de escrevê-las no avião com material que peguei de entrevistas por telefone e depois fui aplaudido pelos editores por 'fazer mágicas'". Acha que a inveja o torna alvo mais vulnerável de críticas, e lembra-se de que um dos editores do *Times* disse a ele uma vez: "O problema, Bragg, é que você as escreve (as matérias) bem demais".

**Proteção do editor** - Desde as revelações de Jayson Blair, aumentaram os questionamentos internos no *Times* sobre os métodos de Howell Raines, editor-executivo do jornal desde setembro de 2001. Raines permaneceu no cargo mais uma semana (veja texto na página 2), mas admitiu que pode ter favorecido Blair em alguns momentos, e alguns acreditam que o mesmo pode ter se dado em relação a Rick Bragg. A relação entre o editor e o jornalista é antiga. Bragg, autor também de livros de ficção, pensou em sair do jornal por duas vezes, uma delas após ter fechado um contrato milionário para a publicação de dois livros, e outra, após uma discussão com os editores sobre a cobertura do desastre da espaçonave Columbia. Em ambas as vezes, Raines pediu pessoalmente que não deixasse o jornal. Bragg concordou e permaneceu, até o final de maio.

Um dos comentaristas que criticou os métodos de Bragg, chamando-os de "usuais", e a relação dele com Raines, é Andrew Sullivan, ensaísta da revista *Time* e colunista do *Sunday Times of London*. Sullivan, considerado um dos mais provocativos comentaristas da atualidade, escreveu em seu sítio ([www.andrewsullivan.com](http://www.andrewsullivan.com)) que os métodos de Bragg nada tinham de "usuais". Para Sullivan, a história foi escrita como se Bragg estivesse lá, e ele não estava. "Há uma diferença entre usar estagiários e colegas para pegar pedaços de informação e fazer entrevistas preliminares e usar o trabalho deles como a carne e os ossos de uma história e colocar seu próprio nome nela", diz ele. O comentarista diz ainda que o que permitiu a Bragg ter se safado foi a proteção do editor-executivo do *Times*. "Os dois casos - Blair e Bragg - têm apenas uma coisa em comum: a amizade de Raines".



Bragg: prática discutível

Sullivan também publicou em seu sítio a defesa do demissionário feita por Erin Williamson, um dos estagiários de Bragg em Nova Orleans. Ele comentou os métodos do trabalho, não-remunerado, que fazia: o jornalista telefonava para o estagiário algumas vezes por mês, pedindo para realizar pesquisas e algumas entrevistas, principalmente com pessoas periféricas à matéria em questão. Williamson telefonava para Bragg, onde quer que ele estivesse, assim que concluía o trabalho, e o jornalista sempre o tratava com muita polidez. Quando a história era publicada, Williamson a lia inteiramente, procurando nos parágrafos alguma frase ou informação fornecida por ele, o que às vezes acontecia. O estagiário alega que nunca esperou crédito pelo trabalho que fez, pois a política de não assinar o trabalho dos estagiários era do *Times*, e não de Bragg especificamente. "Se eu tivesse um problema com isso nunca teria aceitado a função. O que ganhei foi a experiência valiosa de pesquisar e fazer entrevistas para um repórter de grande posição", diz ele, e acrescenta que Yoder nunca reclamou os créditos da matéria de Apalachicola, pelo mesmo motivo.

Bragg começou a trabalhar no *The New York Times* em 1994, e dois anos depois ganhou o Pulitzer por "suas histórias elegantemente escritas sobre a América contemporânea", segundo os jurados da associação que concede anualmente o prêmio. Antes de integrar a equipe do *Times*, o repórter trabalhou para o *Los Angeles Times*, para o *St. Petersburg Times* e para o *Birmingham News*, entre outros. Nascido no Alabama, frequentou a prestigiosa universidade de Harvard, onde também já lecionou *Redação* e recebeu mais de 50 prêmios por suas histórias, entre elas o *Distinguished Writing Award* da Sociedade Americana de Editores de Jornais. Alguns de seus livros entraram para a lista dos mais vendidos nos EUA, como *All over but the shouting*. Bragg é sulista, assim como o editor Howell Raines e lembra que aprendeu a escrever escutando os mestres, as pessoas nos vales dos Apalaches. A página na web da Editora Random House registra que seus livros falam da vida cotidiana no sul do país, "da tristeza, da pobreza, crueldade, bondade, esperança, desesperança, fé, raiva e alegria das pessoas comuns". Tudo insuficiente desvendado agora o polêmico método de reportagem do premiado Rick Bragg.

Bragg começou a trabalhar no *The New York Times* em 1994, e dois anos depois ganhou o Pulitzer por "suas histórias elegantemente escritas sobre a América contemporânea", segundo os jurados da associação que concede anualmente o prêmio. Antes de integrar a equipe do *Times*, o repórter trabalhou para o *Los Angeles Times*, para o *St. Petersburg Times* e para o *Birmingham News*, entre outros. Nascido no Alabama, frequentou a prestigiosa universidade de Harvard, onde também já lecionou *Redação* e recebeu mais de 50 prêmios por suas histórias, entre elas o *Distinguished Writing Award* da Sociedade Americana de Editores de Jornais. Alguns de seus livros entraram para a lista dos mais vendidos nos EUA, como *All over but the shouting*. Bragg é sulista, assim como o editor Howell Raines e lembra que aprendeu a escrever escutando os mestres, as pessoas nos vales dos Apalaches. A página na web da Editora Random House registra que seus livros falam da vida cotidiana no sul do país, "da tristeza, da pobreza, crueldade, bondade, esperança, desesperança, fé, raiva e alegria das pessoas comuns". Tudo insuficiente desvendado agora o polêmico método de reportagem do premiado Rick Bragg.

Wendel Martins

## Repórter argentino forja cobertura no Iraque

**Ele enganou editores, não viajou e inventou matérias. Mas nega**

"Na volta, perto de meia-noite, fomos surpreendidos pelos bombardeios de modo que não podemos entrar. No carro, tivemos que fazer uma volta de 30 quilômetros sobre Bagdá. Estávamos sem telefone e sem uma câmera...". Em 24 de março, o jornalista Jorge Zicollilo enviou um e-mail para a revista *TXT*, com o texto acima, uma suposta matéria sobre a cobertura da guerra do Iraque. A reportagem relatava uma batalha em Hayaf de modo sombrio e realista. A reportagem seria a alegria de qualquer editor, se não fosse inventada. Zicollilo nunca esteve no Iraque, inventou pautas, matérias e personagens. Após a descoberta, a revista processou o jornalista e publicou um editorial sob o título *A cobertura que não houve*, em que explicou a situação a seus leitores e pediu desculpas. Também elogiou os competidores, que cobriram a guerra *in loco*.

O caso começou em fevereiro, quando Zicollilo entrou em contato com Eduardo Zunino, um dos editores da *TXT*, com quem tinha trabalhado na 3 Puntos, da revista da editora Capital Intelectual SA. Ficou acertado que ele partiria para Bagdá, via Caracas, em meados de fevereiro. Segundo a revista, Zicollilo explicou em uma reunião que faria a cobertura da guerra para os jornais franceses *L'Express* e *Le Monde*. A *TXT* pagaria US\$ 100 por matéria.

Em seu primeiro exemplar, a revista publicou alguns testemunhos que narravam como estava a cidade antes do início da guerra. Em 21 de março a *TXT* estampou uma matéria supostamente escrita em Bagdá, em que Zicollilo afir-

mava ter entrado ilegalmente no Iraque e estava na casa de um amigo sueco. Mais tarde, afirmou que estava hospedado no Palestina, hotel que ficou famoso como quartel-general de jornalistas de todo mundo.

Mas os editores da *TXT* desconfiaram quando Gustavo Sierra, o correspondente do *Clarín*, se auto-rotulou como o único jornalista argentino presente na capital iraquiana. Entraram em contato com Sierra, que desconhecia o paradeiro do colega. Também averiguaram que o correspondente do *L'Express* era Vincent Huguex e do *Le Monde*, Rémy Ourdan e ninguém nestas publicações conhecia Zicollilo. Na alfândega não havia registro da saída de Zicollilo do país. Então pediram ao jornalista um número de telefone e fotos com Bagdá ao fundo, para provar que ele estava lá. Ele prometeu dez fotos, mas em 26 de março, enviou somente o texto. A decisão do semanário foi não publicar a matéria.

Em face da acusação, Zicollilo publicou uma resposta no jornal *Clarín*, afirmando que a denúncia surgiu no mesmo momento em que pediu seus pagamentos. Disse que a revista mandou ele fazer matérias para TV e rádio. "Me



TXT: vítima do "ficcionalista"

neguei e isso se paga caro: agora querem me sujar", disse o jornalista. "E quando Sierra disse que era o único (correspondente) por um meio argentino estava rigorosamente certo: eu não estava por um meio argentino". Segundo o *sítio* Diário dos Diários, Zicollilo teria reclamado quando foi pedida sua foto, dizendo ser difícil trabalhar para um meio que investigava mais que a polícia de Bagdá.

O editor-geral da revista rebate a acusação. Diz que pediu o telefone não para transmissões de rádio, mas para poder localizá-lo em qualquer oportunidade. "Ele já estava cobrando muito barato por suas matérias. Não ia pedir para ele fazer mais trabalho". Eles fizeram a denúncia para confirmar que Zicollilo não saiu do país. "A Justiça pode checar datas nos passaportes e tem acesso aos dados da Imigração, o que não podemos fazer".

Zicollilo trabalhou no *Clarín*, foi gerente da Rádio El Mundo e é autor de vários livros de investigação e economia - o último editado em 2002. *Los nuevos conquistadores* relata em 271 páginas os bastidores da privatização de empresas públicas argentinas e a entrada de grupos espanhóis na economia do país.

Wendel Martins

## De autor de best-sellers a mentiroso

O filósofo Peter Singer defende que a ética não é um sistema ideal, nobre na teoria mas inútil na prática; o sentido dela é orientar ações. Imagine o que você faria se fosse o editor de uma revista, cuja primeira edição tem uma matéria fraudada. Esconde a verdade embaixo do tapete ou revela ao público, sendo alvo de críticas e correndo o risco de arrancar a imagem do veículo. Santiago O'Donnel, editor-chefe da revista argentina *TXT*, escolheu a segunda opção para o bem da própria consciência. Mas acredita que este exemplo de ética profissional não seja comum na Argentina e em outros países da América do Sul.

A dor de cabeça de O'Donnel começou quando contratou o experiente jornalista Jorge Zicollilo, para cobrir a guerra do Iraque. No acordo, Zicollilo disse que estava a serviço de veículos franceses e cobraria da *TXT* apenas cem dólares por matéria. Era bom demais para ser verdade. E não era. "A dúvida foi uma reação quase espontânea e virou uma bola de neve", disse O'Donnel ao *Zero*. Ele conta que Zicollilo era evasivo nas respostas, não apresentava casos concretos ou contava como estava a situação no Iraque. O editor ficou numa situação delicada. Tinha mandado um repórter para uma situação perigosa, que envolvia muitos riscos e preocupações. Não queria Zicollilo imaginando que a revista desconfiava de sua honestidade.

Zicollilo era um jornalista famoso, tinha experiência internacional, ido à guerra, trabalhado no México, no *Clarín*, mais influente diário argentino, e escrito diversos livros. Por que iria mentir, se perguntava O'Donnel. A resposta que encontrou é "mais que um caso de psiquiatria". Ele acredita que a mentira, seja numa reportagem ou sobre a carreira é prática mais comum do que se imagina. O caso extremo de inventar uma cobertura inteira já foi verificado. Falta agora achar os pequenos problemas do cotidiano. Uma das razões para essa crítica está na falta de controle sobre o que a imprensa publica na Argentina. Em países como os Estados Unidos existe uma mídia especializada em cobrir a própria mídia, como *Columbia Review*, *Poynter Institute*, entre outros. No Brasil existem experiências do Observatório da Imprensa, o Instituto Guttenberg e o próprio *Zero*.

Para O'Donnel a vigilância pode diminuir a impunidade. Ele também fala que na Argentina existe muita hipocrisia, principalmente para apontar os erros alheios. "Quando se noticia um caso como o de Jayson Blair logo falamos como são corruptos esse americanos. Mas eles têm a coragem de expor esse caso". Ele tem dúvidas se fariam o mesmo no país do tango. "Não estamos sendo vivos, estamos sendo mortos. Não podemos ocultar delinquentes". Diz que existe na Argentina um grande proteção corporativa, prejudicial a profissão. Atualmente, pergunta se todos os jornalistas, mesmo os mais prestigiados, foram mesmo cobrir a primeira guerra do golfo em 1991. Ou se não existem erros de informação na matérias que saem nos jornais e revistas.

Quando perguntam a O'Donnel porque não checou a fidelidade das informações que Zicollilo apresentava em seu currículo, algo de praxe na prática jornalística, ele faz a seguinte comparação. Um sujeito que é assaltado quando saca dinheiro de uma caixa eletrônico à noite num bairro perigoso não pode estar errado. "Nós somos a vítima". Para ele jornalismo se faz com confiança, tanto do editor que confia no repórter, quanto do leitor, que acredita no que lê. "Se um jornalista quer enganar o editor, ele o fará". E quando se quebra esse limite de respeito, quem sai perdendo é a imprensa e o público. (WM)

# Ética leva repórter a romper sigilo

Dossiê ignora costume profissional e transforma repórter em testemunha-chave

A matéria principal da editoria de Política da revista *Isto É* publicada no sábado, 22 de fevereiro, é clara e taxativa. O senador baiano Antônio Carlos Magalhães mandou grampear seu inimigo político Geddel Vieira Lima, deputado federal do mesmo estado. A prova cabal é uma declaração, ouvida pelo repórter Luiz Cláudio Cunha da boca de ACM, no dia 30 de janeiro. "Eu mandei grampear o Geddel", diz a abertura da matéria de *Isto É*. O senador não apresentou as gravações, que já estariam destruídas, mas deu ao jornalista um documento chamado *Relatório Confidencial*, com 170 páginas de transcrição de conversas telefônicas de Geddel Vieira Lima, feitas entre 19 de maio e 21 de agosto de 2002. O conteúdo da reportagem, por si só, é explosivo. Narra um crime que remete aos tempos da ditadura, a arapongagem, e expõe os expedientes usados para cooptação e "convencimento" entre políticos nos bem acarpetados e refrigerados gabinetes brasilienses. A forma usada pelo jornalista para dar credibilidade e avaliar a informação apresentada também causou alvoroço entre jornalistas e políticos. O repórter e chefe da sucursal de *Isto É* em Brasília ignorou o compromisso de manter em sigilo a sua fonte ao tornar pública uma declaração feita em caráter confidencial, em *off*. Luiz Cláudio contou o episódio em que ouviu de ACM a confissão do grampo e se pôs como personagem de sua própria reportagem. Acabou como testemunha no Conselho de Ética do Senado e reiterou o que publicou. A repercussão e discussão do caso tomou os sites especializados em jornalismo. Alguns falam em traição à confiança, falta de ética. Outros vêem vantagens no fim da cumplicidade perniciosamente entre políticos e jornalistas.

A cobertura do episódio que passou a ser chamado de "o maior grampo da história", começou na *Isto É* duas edições antes da publicação do *off*. No sábado, oito de fevereiro, a revista chegou às bancas com uma pequena chamada de capa sob o título de *Arapongagem*: "Conversas de Geddel comprometem cúpula do PMDB. ACM nega autoria do grampo". A reportagem sobre o grampo tinha como mote uma denúncia feita por Geddel Vieira Lima à Polícia Federal. Narra o episódio em que o deputado baiano diz a Paulo Lacerda, diretor-geral da PF em Brasília, que havia sido vítima de uma escuta telefônica na eleição do ano passado. No meio da reportagem é mencionado o recebimento do *Relatório Confidencial*, e a suspeita sobre ACM é levantada. Mas o tom de

acusação presente na edição de 22 de fevereiro não existe. Os fatos apresentados contra o senador baiano são o depoimento de Geddel, que responsabiliza seu inimigo, e os comentários feitos à mão por ACM no dossiê que continha a transcrição das escutas. A essa altura, a conversa revelada dali a duas semanas, já havia acontecido. As declarações bombásticas publicadas depois permaneceram em *off*, com a fonte que entregou o relatório ao repórter de *Isto É* mantida sob sigilo.

**Guinada** - Muitos artigos foram publicados na internet e na imprensa sobre a validade da quebra do *off*. Num deles o jornalista Paulo Moreira Leite, que durante o desenrolar do caso era diretor de redação da revista *Época*, faz a ressalva sobre o caso do megagrampo. "Nesse episódio do Luiz Cláudio Cunha, o problema se encontra na incoerência. O repórter recebeu a transcrição dos diálogos grampeados e publicou a história como se fosse a notícia mais natural do mundo. Depois, quando o caso tomou outro rumo, o mesmo repórter resolve revelar a fonte". Na primeira matéria de *Isto É*, de oito de fevereiro, não há referência à origem do *Relatório Confidencial*. "Ao mesmo tempo, *Isto É* tinha acesso a um calhamaço em espiral, de 170 páginas..." Na reportagem do dia 22, não é mais *Isto É* a receptora do dossiê, mas sim o próprio repórter, autor da matéria, que cita a si próprio. Não faltam detalhes de como o repórter conseguiu o documento para tirar cópia nem declarações de ACM: "Não, isso aqui é um crime, não posso lhe mostrar", "Não, não pode publicar isso. Isso é crime".



Luiz Cláudio Cunha, repórter da *Isto É*, revelou maracutaia de ACM

Foto: Arapongagem/Samaco

O segundo episódio envolvendo Luiz Cláudio Cunha, ACM e o *off* aconteceu quarenta dias depois. O repórter foi convocado, a pedido de deputados petistas, pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal a prestar esclarecimentos sobre a confissão que teria ouvido de Antônio Carlos Magalhães. No depoimento, Luiz Cláudio diz que o *off* foi quebrado por uma decisão da direção de *Isto É*, depois que a Polícia Federal informou sobre

a abertura de inquérito para investigar um esquema de escuta telefônica. "A partir da evolução dos fatos, comprova-se que aquilo (*o documento*) era a consumação de um crime com cobertura estatal. O senador deixou de ser fonte, para se transformar em alvo de investigação." O QG da grampolândia baiana era a Secretaria de Segurança Pública, numa ousada investida do senador baiano sobre a máquina estatal. ACM usou o Estado em benefício próprio, o que é um crime, para cometer outro crime, o grampo. No Senado, o jornalista reafirmou tudo o que saiu sob seu nome em *Isto É* e divulgou uma conversa telefônica gravada entre

*"No caso do LCC o problema está na incoerência. O repórter publicou a história como uma notícia natural. Depois quando o caso muda de rumo ele mesmo resolve revelar a fonte"*

ele e ACM, em que fica subentendido que o senador foi o autor do grampo. Apresentou, também, um laudo técnico, feito pelo perito Fernando Molina, que afirma que a voz em questão é de Antônio Carlos Magalhães. Luiz Cláudio, junto com a ex-amante de ACM, são as únicas testemunhas que afirmam ter ouvido a declaração em que o "homem mais poderoso da Bahia" assume a responsabilidade pelo maior caso de grampos ilegais da história do País.

Tadeu Martins

## ACM grampeia, é flagrado mas Sarney o absolve

Mesa diretora do Senado é omissa ao passar para o STF decisão do processo

A repercussão do episódio de escuta telefônica ilegal ordenada pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e sua tramitação no Senado serviram apenas para desmoralizar a Casa e, conseqüentemente, todos os seus ocupantes diante da opinião pública. Acusado de usar a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) para grampear 126 telefones celulares, de inimigos políticos até sua ex-namorada, o senador teve processo de cassação aberto na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado em votação apertada, oito votos contra sete. Enviado à Mesa Diretora, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), o processo foi arquivado e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) após aprovação dos senadores, que no plenário acataram com 49 votos contra 25 a decisão da Mesa. ACM será julgado como pessoa comum, e se for punido, sua conduta incondizente como homem público, que deveria ser averiguada no Senado, não terá relevância para os senadores, os fatos referentes aos grampos antecedem o mandato atual do senador.



ACM: Agora rei do grampo

quadrilha de seqüestradores, o senador interveio na lista de nomes, incluindo, com a ajuda de Kátia Alves, Secretária de Segurança, seus desafetos políticos e amorosos entre os grampeados.

Exibindo seu poder e influência, ACM telefonava para Adriana logo após conversas dela com o marido, continuando o assunto como se estivesse numa extensão. Ou num grampo. Adriana relatou que certa vez, após uma discussão ao telefone em que Plácido tentava convencê-la a deixar seu emprego, o senador ligou logo depois do término da conversa para dizer que Adriana tinha "reagido muito bem" relutando em depender do marido.

A notícia-bomba veio no final de fevereiro, com a revelação do material entregue por ACM ao repórter Luiz Cláudio Cunha da revista *Isto É*. O senador teria fornecido 170 páginas com aproximadamente 200 horas de conversas telefônicas do deputado federal Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). A repercussão do fato, inclusive com uma conversa entre o repórter e o senador disponibilizada na internet para *download*, deram ao caso dimensão de escândalo.

Metendo os pés pelas mãos - Em seus grampos na esfera política, Antônio Carlos Magalhães ouvia desde Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, até o então presidente Fernando Henrique Cardoso. A suspeita começou quando o *Correio da Bahia*, jornal de ACM, passou a divulgar informações que só poderiam ter sido obtidas de maneira ilícita. Durante a última campanha presidencial, os deputados Geddel Vieira e Jutahy Jr. (PSDB-BA) surpreenderam-se ao abrir o jornal baiano e verem detalhes confidenciais da campanha de José Serra, nos quais os dois vinham tratando. A hipótese do grampo começou a ser cogitada. Ministros

do governo FHC receberam cartas do senador denunciando irregularidades de seus adversários na Bahia, citando nomes de pessoa, empresas, números, informações que só poderiam ser acessadas por espionagem. A partir do momento em que transcrições do grampo de Geddel Vieira foram publicadas na imprensa, o Ministério Público passou a investigar o caso e chegou na Secretaria de Segurança Pública baiana. Analisando as cartas enviadas por ACM aos ministros e as conversas telefônicas dos supostos grampeados, nota-se claramente a semelhança nos assuntos tratados.

Agora, cabe ao Supremo Tribunal Federal avaliar o caso. Se condenado, o senador perde imediatamente o mandato, seguindo as determinações da Constituição Federal. O procurador federal Edson Abdon entrou junto ao Ministério Público com ações de improbidade administrativa contra ACM, o senador César Borges (PFL-BA), o ex-governador da Bahia Otto Alencar, a ex-secretária de segurança pública Kátia Alves, o deputado federal Paulo Magalhães (PFL-BA), o delegado da Polícia Civil baiana Valdir Barbosa e Alan Farias, assessor técnico que acrescentou à mão nomes na lista do grampo ordenado por ACM.

O relator do processo de cassação, senador Geraldo Mesquita (PSB-AC) pediu afastamento do Conselho de Ética do Senado após o plenário confirmar a decisão da Mesa Diretora de não prosseguir as investigações sobre o caso dos grampos. No dia seguinte, Jefferson Péres (PDT-AM) fez o mesmo. Tião Viana (AC), líder do PT no Senado, apresentou projeto de resolução pedindo a extinção do conselho. Para ele, "manter o Conselho de Ética, nessas circunstâncias, é preservar o exercício da hipocrisia e do cretinismo parlamentar".

Marco Britto

**G**abinetes de autoridades, empresários ou políticos; entrevistas coletivas, cafeterias, centro e periferia das cidades, onde quer que os jornalistas estejam, prosperam as fontes sigilosas. São políticos que querem denunciar os adversários, cidadãos que conhecem o paradeiro de um bandido, funcionários que descobrem irregularidades nas empresas em que trabalham. "É uma conversa normal, de negociação entre repórter e fonte sobre os limites do que está sendo revelado e do que não pode ser atribuído à fonte", explica Luiz Cláudio Cunha, editor e repórter da editoria de política da revista *IstoÉ*. Quando retornam às redações, porém, os repórteres vivem o mesmo dilema ético: publicar ou não a informação em *off-the-record*, resguardar ou não a identidade das fontes?

Apesar dos argumentos sobre a validade do *off* divergem em muitos aspectos, há pelo menos uma premissa aprovada pela maioria dos jornalistas: deve ser utilizado com moderação e apenas como último recurso. "É uma ferramenta que, por si só, não pode sustentar uma reportagem. Isso pode levantar suspeitas sobre ela, seus fundamentos, sua credibilidade", diz Cunha. Mas para o repórter da *IstoÉ*, em algumas situações torna-se vantajoso para o exercício do jornalismo, porque ajuda a incrementar e compor a matéria. Reportagens investigativas premiadas mundialmente não teriam sido possíveis sem o anonimato das fontes. Para Alexandre Garcia, repórter e editor da rede Globo, os novos devem ser cautelosos com o *off*. "O repórter tem que bancar a informação. Será que um repórter ainda sem nome teria credibilidade suficiente para assumir a informação?", questiona.

Uma crítica da classe jornalística, em vários países, é que o *off* pode esconder a acomodação do repórter. "Dá muito mais trabalho publicar a identidade da fonte", pondera Ricardo Kotscho, jornalista e Secretário de Imprensa da Presidência da República. O aproveitamento informal das fontes sigilosas também desagrada alguns profissionais. "Me irrita ver alguns jovens repórteres voltarem do legislativo ou do conselho municipal e iniciarem a reportagem com 'observadores dizem'. Eu sei que eles não tiveram tempo para contatar as boas fontes ou sentir qual era o consenso entre os observadores responsáveis", declarou o jornalista americano Richard Cunningham, no livro *Procura-se: Ética no Jornalismo* (1993), do colega Eugene Goodwin.

Na imprensa brasileira, quando não é possível obter as informações *on-the-record*, os editores costumam exigir que, pelo menos, sejam revelados os motivos da fonte exigir sua não-identificação. Risco de perder o emprego, sofrer agressão física e ameaças de morte são razões aceitáveis nas redações. Em alguns meios jornalísticos, o *off* é uma decisão que compete apenas ao repórter. Na revista *IstoÉ*, por exemplo, os editores e a direção não tomam partido nisso. Da mesma forma, é o repórter quem escolhe abrir ou não a fonte para o seu editor. "No processo de apuração jornalística é natural co-



Bernstein, a publisher Grabam e Woodward, protagonistas de um célebre caso jornalístico

# Off: traição ou fim da cumplicidade?

**Jornalistas divergem sobre caso LCC**

mentar com o chefe sobre esta ou aquela fonte, para avaliar seu potencial", explica Cunha. Há quem exija uma conduta diferenciada, conforme o profissional. Na Rede Globo, um repórter comum precisa levar o caso ao editor, enquanto o repórter sênior pode assumir sozinho a responsabilidade do *off*.

Independente do veículo, jornalistas brasileiros desdobram-se dia após

dia no trabalho de checagem do material recebido em sigilo. Como esse procedimento pode levar tempo, é comum o repórter ver a matéria que julgava exclusiva ser publicada pelo concorrente, que averiguou as informações com mais rapidez. "Faz parte do jogo. O jeito é, com um bom furo na mão, ser veloz e eficiente, sem ser leviano e irresponsável", salienta Cunha. É preciso apuração complementar para não ser enganado por uma fonte inescrupulosa, que procura disseminar mentiras e calúnias, boatos e dossiês conforme seus interesses. "Já fui usado, uma vez, por um Ministro da Justiça. Depois que dei o fato na TV, e saiu a repercussão negativa, ele negou tudo", conta Garcia.

Os leitores costumam reclamar do sigilo das fontes. A saída do editor, de acordo com Cunha, é justificar e sustentar o sigilo para manter a credibilidade do veículo intacta. "Só se deve proteger a boa fonte e a boa informação". Mas quando o *off* revela-se uma mentira, um ato criminoso ou uma informação essencial em determinadas investigações policiais, os princípios éticos e a legislação que protegem o anonimato das fontes costumam ser atirados por alguns jornalistas na lata de lixo.

No mês de abril, ressurgiu no país um fervoroso debate acerca da relação de confiança entre jornalistas e suas fontes. Isso porque Luiz Cláudio Cunha revelou à polícia a confissão sigilosa de Antônio Carlos Magalhães, assumindo a participação no grameamento de telefones na Bahia. "ACM já não era mais a fonte em *off*, mas o alvo de uma investigação policial, autor de um crime federal. *Off* não existe para proteger crime e mentira", justifica o jornalista da *IstoÉ*.

Jornalistas de todo país dividiram-se entre manifestações de apoio a Cunha e repreensão ao seu procedimento. Em artigo para o site *Observatório de Imprensa*, Alberto Dines defendeu a quebra do *off* no caso dos grampos. "O jornalista está comprometido com sua consciência e seus princípios morais, não com os interesses do entrevistado..." Abril de 2003 vai marcar a despoluição das relações entre mídia e poder". Dora Kramer, articulista do jornal *Estado de São Paulo*, também se mostrou alinhada aos princípios de Cunha. "De forma alguma é possível aplicar ao direito de preservação da fonte o critério de sacerdotício inerente ao padre e ao advogado. No jornalismo, ao contrário, prepondera o público sobre o particular".

Uma crítica mais ferrenha ao repórter da *IstoÉ* partiu de Jânio de Freitas, do diário *Folha de São Paulo*. "Tudo o que for apurado no jornalismo investigativo deve ser levado ao leitor se importante e jogado no lixo se irrelevante. Caso exista material relevante não publicado, será uma grande pena - porque o leitor foi bigodeado". Mas no cerne dessa polêmica, houve quem se manifestasse contra a utilização de própria informação em *off*, como Ricardo Kotscho. "Off é uma covardia. É uma promiscuidade entre jornalistas e fonte. A situação que envolveu o ACM faz mal à democracia. Bom mesmo é escrever reportagem. Em *on*".

**Fernanda Menegotto**

# Conveniência perpetuou prática que virou dilema

Não há uma data precisa para o surgimento do *off the record* - anglicismo utilizado no jornalismo para designar as informações cujo informante não é identificado em um texto jornalístico - mas se tem como certo de que é contemporâneo ao segredo, ao boato e à fofoca. "O *off* surgiu desde que o segundo fogueiro contou a fofoca sem dar nome do primeiro. Isso deve ter acontecido em volta de uma fogueira, se é que inventaram o fogo antes da fofoca", avalia Nilson Lage, jornalista e professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Seja na Idade da Pedra ou na Idade Moderna, tal modalidade de informação sempre resguardou o acordo da confidência e da cumplicidade.

O advento da prensa de Gutenberg nos idos de 1600, quando as idéias e informações passaram a ser reproduzidas em grande escala, é um marco na utilização do *off* para fins jornalísticos. Articulistas, publicistas e escritores narravam suas aventuras e expunham problemas sociais, lançando mão de fontes nem sempre atribuídas. Para o jornalista e professor Francisco Karam, autor do livro *Ética e Imprensa*, com o processo de amadurecimento da profissão, surge a necessidade de conhecer o informante, a verossimilhança e importância da informação para a sociedade. Karam explica que a afirmação do papel do jornalista se dá, principalmente, no século passado, depois do surgimento dos jornais de grande circulação.

Mas é somente nessa época que os Estados Unidos e o Reino Unido, pioneiros do jornalismo moderno, chamam de *off* o procedimento em que a fonte real da informação não é informada ao público. Sob o conceito de *off*, há pelo menos três situações nas quais o sigilo é mantido. Uma das mais comuns é a *not for attribution*, em que as informações e até mesmo citações podem ser publicadas sem indicar o nome do informante. Outro conceito é o de *deep background*, quando o jornalista não é autorizado a fornecer sequer indicação indireta de quem é a fonte, bem como publicar uma declaração entre aspas. Mais famoso e polêmico, o *off-the-record* preconiza que as informações sejam apenas um instrumento para ajudar o repórter a buscar respostas para um acontecimento, sem qualquer alusão ao informante na reportagem.

No século XX, a imprensa americana começou a lançar mão do *off* para abordar assuntos referentes aos governos. Jornalistas e seus informantes estavam guarnecidos pela lei e pelos códigos de ética que permitiam o sigilo - apenas em casos justificáveis, como risco da fonte ser assassinada ou perder o emprego. "Esta foi a forma possível, de temas importantes para a sociedade serem conhecidos, sem que fontes fossem ameaçadas", pondera Karam.

**Off e denúncia** - Uma das reportagens bem-sucedidas no jornalismo americano, que abusou das fontes sigilosas, foi a série *Crimes na Waterfront*, sobre as engrenagens do crime organizado. Escrita pelo falecido Malcolm Johnson para o diário *New York Sun*, a série ganhou o prêmio Pulitzer em 1948. No livro *Procura-se: Ética no jornalismo*, de 1993,

do jornalista americano Eugene Goodwin, Haynes Johnson, o filho de Malcolm, também jornalista, afirma que "se meu pai tivesse usado os nomes de algumas de suas fontes, elas teriam sido mortas. Simplesmente".

Mas a reportagem sobre o episódio Watergate, em 1972, ainda é o caso mais emblemático do uso do *off* no jornalismo americano. A fonte anônima sob o codinome de Deep Throat (Garganta Profunda) ajudou os repórteres do *Washington Post* a desvendar atos ilícitos do governo republicano de Richard Nixon. "Watergate é o tipo de história que os jornalistas geralmente citam para defender o seu direito de manter certas fontes em segredo", diz Goodwin. Durante meses, os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, seguiram as pistas deixadas por Deep Throat e por muitas fontes sigilosas, até descobrirem uma engenhosa rede de corrupção, lavagem de dinheiro, grampos clandestinos, tráfico de influência e sabotagem contra os rivais democratas. As reportagens levaram à renúncia do presidente Nixon e de vários assessores da Casa Branca, além de renderem a Woodward e Bernstein os principais prêmios do jornalismo americano. Os repórteres do *Washington Post* tornaram-se celebridades no país com o filme, *Todos os homens do presidente*, protagonizado por Dustin Hoffman e Robert Redford.

Apesar das especulações sobre a identidade de Deep Throat, Woodward e Bernstein prometem revelar sua identidade somente após sua morte. Um estudo concluído recentemente por Bill Gaines, professor de jornalismo da Universidade de Illinois, concluiu que o Garganta Profunda é o advogado Fred Fielding, na época, assistente do advogado da Casa Branca - veja texto nesta edição. Durante quatro anos, foram analisadas 16 mil páginas de documentos do FBI relacionados ao caso. Woodward, Bernstein e Fielding não comentaram a pesquisa.

**Off à brasileira** - Influenciada pelos procedimentos e fundamentos do jornalismo americano, a imprensa brasileira também incorporou o *off the record* aos seus manuais. Nos períodos em que o país vivia a repressão, foi uma saída para quem temia a reação das facções do poder. Durante a Ditadura Militar, entre 1964 e 1985, os jornalistas abusaram das fontes anônimas para se verem livres da tortura, censura e violência. Superado o regime autoritário e recuperada a democracia no país, as fontes sigilosas continuaram a amparar as reportagens investigativas. "Ficou a boca torta do *off*", diz Luiz Cláudio Cunha, repórter e editor da revista *IstoÉ*. "Sempre tem gente que ainda procura, às vezes sem justificativa, proteção no *off*", lamenta.



Woodward: competente

Em 1996, jornais, revistas e telejornais brasileiros abusaram das fofocas e citação de fontes anônimas, na cobertura do assassinato de Paulo César Farias, ex-tesoureiro do governo Collor, e de sua namorada, Suzana Marcolino. "O velho e suspeito *off the record* funcionou como guarda-chuva da leviandade, e seus ventríloquos mereceram o maior alarido", diz um dos boletins do Instituto Gutenberg, publicado na época. A pesquisa aponta o *Jornal do Brasil* como um dos veículos que mais dedicou ao crime reportagens baseadas em fontes sigilosas. "Maceió - Uma amiga de Elma Farias contou há dois dias a uma outra amiga da mulher de PC...", foi a abertura de uma das reportagens do JB. Da mesma forma, uma reportagem de capa da revista *IstoÉ* (Arquivo morto - Como foi montada a farsa na morte de PC Farias) utilizou informação em *off* de segunda mão: policiais militares teriam ouvido de seguranças de PC Farias que um deles matou Suzana.

Não se pode dizer o mesmo, porém, das reportagens que, em 1998, denunciaram a rede de propinas comandadas por autoridades da prefeitura de São Paulo. As imagens pela TV e as matérias demonstrando a extorsão de vendedores ambulantes por chefes da administração indignaram a população, que exigiu a apuração das denúncias. O trabalho conjunto de jornalistas, imprensa e polícia resultou na CPI das Propinas. Nesse caso, a informação sigilosa demonstrou como pode se tornar perigosa para informantes e jornalistas. Houve casos de agressão física, ameaças de morte e, até, um assassinato.

**Proteção às fontes e jornalistas** - Prevendo os riscos que possam prejudicar a fonte sigilosa, jornalistas de todo o mundo procuraram aprovar leis e definir normas éticas para esta profissão. No livro *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*, Daniel Cornu, jornalista e pesquisador belga, explica que foi na Alemanha, na Áustria e na Escandinávia que o segredo redatorial recebeu as primeiras proteções. Na França, a reforma do processo penal resultou numa disposição legal que define: "Todo jornalista, ouvido como testemunha sobre informações recolhidas no exercício de sua atividade, é livre de não revelar sua origem". Nos Estados Unidos, apenas metade dos 50 estados aprovaram leis de proteção - "a mesma que a lei costuma dar às comunicações privilegiadas ou secretas entre advogados e clientes, médicos e pacientes, padres e seguidores, maridos e esposas", salienta Eugene Goodwin. Nos estados em que tal código não é reconhecido, muitos repórteres foram obrigados a pagar multas e até foram presos por não aceitarem expor o nome de suas fontes nos tribunais.

A Constituição brasileira, por sua vez, assegura o direito do sigilo das fontes aos jornalistas, mas ressalva que ele pode abrir mão dessa proteção quando há justificativas. Nilson Lage adverte que tudo depende da inteligência do jornalista, sua responsabilidade profissional e de informar. Mas Luiz Cláudio Cunha ressalta: "Off não existe para proteger crime e mentira. Off é um privilégio de quem serve ao bem e à verdade". (FM)

# Cunha execra jornalista preguiçoso

**Aos 80 anos  
O Estado  
vira tablóide**

PT abre processo contra radicais. A edição número 28.085 do diário mais antigo de Santa Catarina teria mais uma manchete comum se não fosse uma mudança planejada há pelo menos dois anos: a passagem de standard para o formato tablóide em 13 de maio, aniversário de 88 anos de sua fundação. Atualmente, *O Estado* é uma pálida sombra do que já representou, já vendeu e foi influente em Santa Catarina. Desde 2001 que já circulava pelos bastidores o boato de mudança no formato do jornal. José Matusalém Comelli, diretor presidente da empresa desde 1967, confirma que a passagem era realmente para ter ocorrido há dois anos. Mas que esbarrava no sentimento próprio de não mudar. "Tínhamos pesquisas que mostravam que a reação dos leitores seria melhor em tablóide. Eu relutava, mas percebi que jornal não é feito para o dono, e sim para as pessoas lerem."

Sinal verde na direção, o novo projeto gráfico ficou nas mãos de Ronaldo Silva, editor de diagramação, e da editora chefe Sandra Annuseck. Com 22 anos de casa, Silva teve dois meses para ajustar o antigo projeto gráfico ao novo modelo de edição. Das reuniões com a diretoria, ficou decidido que o novo formato teria um número maior de matérias, um enfoque maior na informação, que acabou aumentando a produção dos profissionais do antigo diário. Silva propôs um projeto gráfico menos carregado em cores e mais limpo. O editorial da primeira edição no formato tablóide esclarece: "Quando chega nesta terça-feira às bancas, (...) o periódico mais antigo de Santa Catarina chega de cara nova, (...) com um tratamento gráfico que tem o objetivo de tornar a leitura mais interessante, instigante e por que não dizer facilitada". Por volta da meia-noite de terça-feira a edição foi finalizada na redação. Sandra Annuseck, Comelli e seu filho Fábio Comelli — que dirigiu a empresa em duas oportunidades — ficaram até às seis e meia da manhã nas oficinas esperando o jornal sair para a rua. Só que um problema no ajuste das rotativas — o papel saía todo "embolado" no final do processo de impressão — fez que só depois das 9h30 *O Estado* chegasse nas bancas. Os primeiros assinantes receberam o diário em casa por volta das 11h.



Cara nova...

O problema nas rotativas aumentou a expectativa e fez a primeira edição esgotar rapidamente. Mas o crescimento nas vendas foi constante. Comelli garante que a venda em bancas aumentou 63% nos primeiros dez dias. O número de assinaturas cresceu 10%. A tiragem, que não foi oficialmente divulgada, continua a mesma, o que leva a crer que o encalhe (sobras das bancas) tenha diminuído consideravelmente. Os números mostram que boa parte das pessoas aprovou o novo modelo escolhido por *O Estado*. Mas houve os que não gostaram, com o tradicional argumento de que "jornal de verdade não é tablóide". O futuro responderá.

Mario Coelho Jr

Quando revelou a confissão do senador Antônio Carlos Magalhães, assumindo a participação na *grampolândia* da Bahia, Luiz Cláudio Cunha, repórter e editor da sucursal da revista *IstoÉ* em Brasília, reanimou o debate sobre uma polêmica ferramenta do jornalismo: a informação em *off-the-record*. De um lado, jornalistas o acusaram de desrespeitar uma atribuição rotineira da imprensa: proteger as fontes; enquanto outros o aclamaram por não acobertar um ato criminoso. "Aceitar a condição passiva de testemunha me tornaria cúmplice - ou talvez, omisso, conivente", diz. Não é a primeira vez que Cunha faz a cobertura de temas confidenciais. No diário *Correio Braziliense*, foi ele quem levou aos jornais as declarações de Rubens Ricúpero, ex-ministro da Fazenda, captadas pelas antenas parabólicas durante o intervalo de uma entrevista à rede Globo. "O que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde", disse Ricúpero. Cunha também atuou como editor nos diários *Zero Hora*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*; além das revistas *Veja* e *Afinal*. Às vésperas do fechamento de uma edição da *IstoÉ*, ele foi entrevistado via correio eletrônico pelo *Zero*.

**Z**ero - Na revista *IstoÉ*, a decisão de utilizar o *off* em uma reportagem cabe somente ao repórter, ou ele deve consultar o editor? O repórter já não estaria quebrando o "sigilo" ao revelar as fontes para o editor?

Luiz Cláudio Cunha - O *off*, em qualquer circunstância, é uma decisão solitária, crucial e exclusiva do repórter. Nenhum editor, chefe, ou veículo de comunicação se sobrepõe à decisão irrecorrível do repórter. Se ele não quiser abrir o *off*, nada no mundo o fará decidir em contrário. Foi o que aconteceu comigo, no caso dos grampos do ACM. Tomada a decisão de abrir o *off*, por mim, com o respaldo de meus chefes e da revista, fomos em frente. A iniciativa e a responsabilidade final pelo *off*, repito, é toda minha. É do repórter, ninguém mais. Da mesma forma, o repórter é que decide se abre ou não a fonte para seu chefe. No meu caso, acho que é uma relação de confiança, que cabe ao repórter julgar. Não trabalho com chefe em quem não confie. Portanto, é natural, no processo de apuração jornalística, comentar com o chefe sobre esta ou aquela fonte, para avaliar sua credibilidade e potencial. No caso, não é uma quebra de *off*. É uma questão de confiança que sempre cabe ao repórter decidir. *Off*, em termos estritos, é uma prerrogativa da informação em relação ao público, ao leitor, à comunidade. Sigilo entre repórter e editor é uma questão profissional estabelecida entre eles.

Z- Alguns jornalistas que criticaram sua decisão de "quebrar o *off*" no caso dos grampos afirmaram que você, como repórter, não poderia ter sido agente da produção de um fato, apenas testemunha dele. Qual sua posição?

LCC - A decisão de quebrar ou não o *off* é do repórter, de ninguém mais. É ele que deve julgar a quem interessa o sigilo sobre a fonte. Se o sigilo serve ao bom jornalismo, à verdade e ao interesse público, devemos defender o *off* até as últimas consequências, respaldados pelo direito constitucional que nos assegura a preservação de nossas fontes. Erra quem diz que eu não poderia ter quebrado o *off* para não ser "agente da produção de um fato". Repórter não gera fatos. Ele apura e revela os fatos, conta e escreve sobre o que sabe, a seu critério. Não produzi o fato. O senador é que produziu o fato, ao me confessar o grampo e ao me entregar a prova material do crime, a transcrição resumida dos grampos. Não dou a ninguém o direito de determinar e condicionar que eu seja mera testemunha do fato. Sou um repórter, com deveres com minha consciência, meu trabalho, meu editor e minha revista. Cabe a mim decidir o que conto ou não do que vi e ouvi. Aceitar a condição passiva de testemunha, ao me defrontar com a confissão de um crime constitucional admitido e confessado por um senador da República me tornaria cúmplice - ou, talvez, omisso ou conivente. Nenhuma destas condições me agrada. Meu silêncio, naquele momento, só serviria ao criminoso e ao crime. Quebrar o *off*, para mim, foi a maneira de separar bem minha condição de repórter da condição de confidente, que não interessa nem a mim, nem a meus leitores. Não sou padre para ouvir



Cunha: outro momento de impasse profissional

confissão de ninguém. E me repugna saber que, em plena democracia, um político não fique indignado com o uso de funcionários da Secretaria da Segurança da Bahia para grampear mais de mil pessoas. *Off* não existe para proteger o crime e a mentira. *Off* é um privilégio de quem serve ao bem e à verdade. Não era o caso do senador. Ele não merecia tal privilégio. Merecia apenas a verdade. Foi o que fiz, ao contar o que vi e ouvi dele.

Z- Os repórteres que atuam na editoria de política frequentemente entram em conflito com denúncias e difamações em *off*. Na maioria das vezes, as fontes sigilosas querem obter algum resultado, conforme seus interesses pessoais. Você já se sentiu usado por alguma fonte?

LCC - Esta é uma fatalidade da profissão. Todo santo dia somos testados e tentados por fontes idôneas que procuram usar de seus bons contatos na imprensa para disseminar informações, dossiês e boatos ajustados a seus interesses. Não existe vacina contra isso. Cabe a nós, com tato, experiência e sorte, filtrar o que é boa e má informação. O repórter, diante de uma bela informação em *off*, de fonte boa e segura, sai a campo para apurar, checar e recheicar o material recebido em sigilo. É a única forma de nos protegermos contra o mau informante e a má informação. Só um repórter irresponsável e preguiçoso recebe um material em *off* e o publica, imediatamente, sem apuração complementar. Muitas vezes percebi, a tempo, a tentativa de uma ou outra fonte de me botar no mau caminho. Mas, mesmo diante da hipótese de ser enganado, o repórter ainda tem uma segunda chance. A mentira tem perna curta e, comprovada a improcedência e má índole da informação, sempre temos chance, no jornal do dia seguinte ou na revista da próxima semana, de repor os fatos e corrigir eventuais

erros. Repórter erra, erra muito, mas existe um único erro que não pode ser cometido: desistir da correção de um erro, pela apuração rigorosa e completa da verdade. Só isso pode reparar eventuais erros de nossa profissão.

Z- Além do caso envolvendo o senador ACM, você já enfrentou outro dilema ético relacionado à utilização do *off*? Publicar ou não publicar a informação, quebrar ou não quebrar o sigilo da fonte...

LCC - Não. Foi a primeira e, espero, única vez. Z- Como você avalia a utilização do *off* pela imprensa brasileira? Seu uso está mais frequente do que deveria?

LCC - O *off* continua sendo usado, mas em dose menor do que em outros tempos. *Off* existe desde tempos pré-históricos da imprensa. Alguém sempre tem algum segredo para contar, sem se expor. Em épocas de repressão, o *off* ganha intensidade, como recurso legítimo de quem teme a reação dos poderosos em ambientes de pouco respeito democrático. A censura, a repressão, a tortura, que caracterizaram a ditadura militar do período 64-85, levou muita gente, fontes e repórteres, a se refugiarem na fortaleza do *off*. Tudo era *off*, até as informações mais corriqueiras, com medo da retaliação do guar-

dinha da esquina ou do AI-5. Superado o período autoritário, resgatado o regime civil e a democracia, ficou a boca torta do *off*. Sempre tem gente que ainda procura, às vezes sem justificativa, proteção no *off*. Mas, com o Parlamento ativo, a Justiça soberana, o Ministério Público atuante, os militares nos quartéis e a democracia respeitada, o *off* deve ser tratado sempre como exceção, não regra. Cabe ao repórter delimitar o uso e o abuso do *off*. Como um bom remédio, ele deve ser usado com parcimônia, mas sem medo de recorrer a ele sempre que estiver em jogo a saúde da boa informação.

Z- O jornalista Ricardo Kotscho diz que a informação em *off* pode significar uma acomodação dos jornalistas. "É muito mais demorado uma declaração em *on*", diz ele. Até que ponto você considera que o *off* pode comprometer o mérito de uma reportagem investigativa? Em que situações você opta pela não-identificação das fontes?

LCC - O *off* pode ajudar, complementar, integrar, compor uma reportagem investigativa. Mas não pode, por si só, sustentar uma reportagem. Ele é uma ferramenta, não um fim em si mesmo. Apoiar uma reportagem meramente no *off* pode levantar suspeitas sobre ela, seus fundamentos, sua credibilidade. Uma fonte não deve ser identificada quando ela pode, pela revelação de sua identidade, sofrer qualquer tipo de represália que possa comprometer a busca da verdade. Uma boa fonte deve sempre ser protegida e preservada. Uma má fonte, não.

Z- Como as fontes que querem te passar uma informação em *off* costumam abordar o jornalista?

LCC - É a abordagem normal, de quem deseja revelar algo que pode ser revelante, do ponto de vista jornalístico ou do interesse público. O repórter sempre fala em *on*. É a fonte que, por razões que ela pode detalhar, pede a conversa em *off*. Se o *off* é por uma boa causa, relevante, ele é respeitado. Se não, o repórter convence a fonte de que não há motivo para tanta reserva e restitui a informação, em *on*, ao seu devido patamar. É uma conversa normal, de negociação entre repórter e fonte sobre os limites do que está sendo revelado e do que não pode ser atribuído à fonte.

Z- Neste momento você tem em mãos muitas denúncias em *off* a serem cheçadas?

LCC - Tenho algumas. Quando elas estiverem devidamente cheçadas, poderão ser conferidas - ou na próxima edição da revista *IstoÉ* ou na minha lata de lixo.

Z- Você já deixou de dar um furo de reportagem por aguardar demais a "hora certa" de publicar uma informação sigilosa?

LCC - Já. Às vezes, no trabalho de rotina de checagem de uma informação que imagino ser exclusiva, vejo meu "furo" publicado num jornal ou revista. Faz parte do jogo. O jeito é, com um bom "furo" na mão, ser rápido e eficiente, sem ser leviano e irresponsável.

Z- Os leitores costumam enviar cartas para a redação reclamando do sigilo das fontes? A credibilidade da revista não acaba sendo comprometida, questionada?

LCC - Isso é comum. Principalmente de quem foi o alvo da informação sigilosa. Cabe à revista ou jornal justificar e sustentar o sigilo e sua reportagem, para manter sua credibilidade intacta.

Z- Como, exatamente, o senador Antônio Carlos Magalhães assumiu os grampos para você? Ele pediu sigilo?

LCC - Foram dois momentos. Na primeira conversa, no gabinete do Senado, sem gravador e sem que eu perguntasse, ele saiu falando sobre o grampo e o material que tinha em mãos. Ele pediu sigilo, claro, porque reconhecia que aquilo era um crime. Me deu o material do grampo "em confiança". Confirmada a extensão do crime do grampo, num inquérito formalmente aberto pela Polícia Federal para investigar o uso de policiais baianos e da secretaria de segurança pública no grampo de mais de mil pessoas, incluindo a ex-amante de ACM, decidi então voltar a conversar com o senador, desta vez pelo telefone, já que ele estava em São Paulo. Decidi, desta vez, gravar minha conversa porque ACM já não era mais a fonte em *off*, mas o alvo da investigação policial. Ele já não tinha mais o privilégio do *off*. Ele era o alvo de minha apuração jornalística, que exigia a cautela de uma gravação para prevenir futuros desmentidos de ACM quanto a seu envolvimento na disseminação do grampo. A fonte da primeira conversa, não gravada, converteu-se no principal suspeito de um crime federal, o que justificava o uso do gravador.

Fernanda Menegotto

# Pesquisa revela o *off* mais secreto

**Estudantes desvendam a identidade de Garganta Profunda. Bernstein reclama**

Foi anunciada mais uma vez a descoberta da identidade de Garganta Profunda, o informante que ficou célebre ao denunciar as ilegalidades do caso Watergate aos jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do *Washington Post*, e que culminaram na renúncia do presidente americano Richard Nixon em 1974. Por quatro anos, estudantes da Universidade de Illinois seguiram as pistas deixadas pelos repórteres, analisaram 16 mil páginas de relatórios do FBI e concluíram, sob a orientação de Bill Gaines, professor de Jornalismo e ganhador de dois prêmios Pulitzer, que a fonte anônima mais famosa da história é Fred Fielding, um dos assistentes de Nixon na época do escândalo.

Fred Fielding, o advogado apontado pela pesquisa dos estudantes como o candidato mais provável a ser Garganta Profunda, era na época do escândalo assistente de John Dean, ex-assessor de Nixon. Fielding atuou como conselheiro do governo Reagan por cinco anos e foi nomeado em 2002 para um cargo na Comissão Nacional para Ataques Terroristas. De acordo com os estudantes, ele estava em posição de observar os acontecimentos de Watergate sem ser acusado de tomar parte na conspiração. No livro *Todos os homens do presidente* escrito por Bernstein e Woodward (adaptado para o cinema em 1976, com Dustin Hoffman e Robert Redford no papel dos jornalistas), foram descritos os hábitos do informante misterioso de fumar e beber uísque, compartilhados por Fielding.

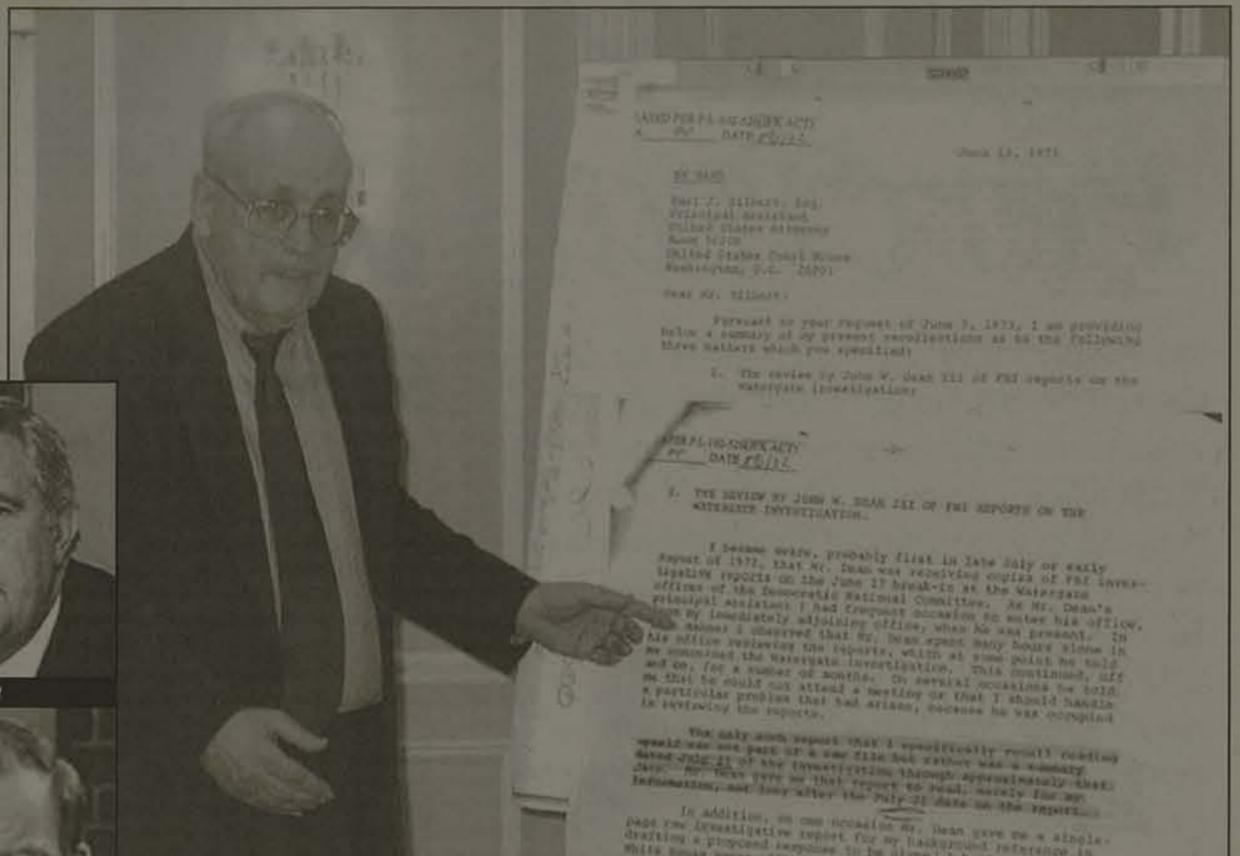
Para chegar ao nome de Fielding, que nega toda a história, os alunos seguiram as pistas deixadas pelos repórteres em *Todos os homens do presidente* e eliminaram os candidatos que não preenchiam os requisitos necessários para ser Garganta Profunda. Com sete finalistas, o grupo passou a analisar quem teve acesso, e quando, às informações de quem a fonte dispunha. Muitas das informações passadas por ele tinham origem no escritório de Dean, de quem Fielding era assistente. Outras das revelações vieram de conversas específicas entre Dean e outros integrantes do governo, e que sabidamente tinham sido contadas a Fielding.

Foram encontradas também pistas no cofre de um dos arrombadores do prédio Watergate que havia sido vistoriado por Fielding. Ele também preparou testemunhas do governo para depoimentos no FBI e as informações dadas por essas testemunhas chegaram a Woodward através do informante secreto. Finalmente, os estudantes descobriram que os dois repórteres omitiram a participação do assistente de Dean nos eventos relacionados ao escândalo nos textos que escreveram para o *Washington Post*.

Apesar do esforço dos estudantes, a identidade de Garganta Profunda ainda não foi confirmada, pois os repórteres prometeram só revelar a verdade quando ele (ou ela) morrer ou concordar em ter seu nome revelado. Nos 31 anos que se seguiram às primeiras reportagens do *Post*, muitas pessoas foram apontadas como sendo o famoso informante. O suspeito mais conhecido é Pat Buchanan, ex-consultor de Nixon e comentarista político, que chegou a ser candidato à presidência nos anos 90 com um programa ultraconservador. Mas não foram encontradas provas que o conectassem a algumas das informações específicas recebidas por Woodward. Outros suspeitos foram Ray Price, redator de discursos do presidente; Steve Bull, assistente de Nixon; Ron Ziegler, seu assessor de imprensa e Mark Felt, ex-agente do FBI, conhecido por ser uma grande fonte de vazamentos de informação do governo Nixon.

Chegou-se a cogitar até mesmo a possibilidade do informante ser uma combinação de várias fontes, pois as informações a que tinha acesso vinham de diferentes lugares: do FBI, da Casa Branca ou do CRP - Comitê para Reeleger o Presidente. Essa hipótese, no entanto, foi desmentida por Woodward a John Dean, ex-assessor de Nixon e advogado, cujo depoimento foi decisivo para provar o envolvimento do presidente no escândalo. Dean escreveu um dos inúmeros livros que especularam sobre a identidade da famosa fonte anônima, *Desmascarando Garganta Profunda*, publicado em junho de 2002 e no qual ele sugere quatro nomes como principais possibilidades.

**O professor** - Os estudantes foram supervisionados em todo o trabalho por Bill Gaines, repórter por mais de 25 anos do *Chicago Tribune*, vencedor de dois prêmios Pulitzer e finalista por mais duas vezes. Autor do livro *Reportagem investigativa para mídia impressa e eletrônica*, adotado por mais de 60 faculdades de Jornalismo, Gaines é professor da disciplina de *Jornalismo Investigativo* na Universidade de Illinois. Foi lecionando a disciplina que



Professor Gaines criou e coordenou pesquisa de estudantes de Illinois que analisou 16 mil documentos do FBI



Fred Fieldman



Patrick Buchanan



Carl Bernstein



Woodward e Bernstein (ao fundo) assistem anúncio da renúncia de Richard Nixon, que o poupou de um impeachment em 1974

conduziu os alunos na investigação da identidade de Garganta Profunda. É possível seguir a pista da reportagem dos alunos no site [www.deepthroatuncovered.com](http://www.deepthroatuncovered.com), desenvolvido pela equipe.

Sobre as alegações de que o trabalho desenvolvido pelos alunos não é ético, pois fere o direito de sigilo à fonte, Gaines afirma que a dupla de repórteres praticamente convidou as pessoas à investigação, ao deixarem pistas sobre a identidade do informante em seu livro. Alguns jornalistas se mostraram favoráveis à sua posição, como John Carroll, editor-executivo do *Los Angeles Times*, que disse não haver nada de errado com a busca por Garganta Profunda. "A questão é de interesse histórico legítimo; o jornalista não tem a obrigação de proteger a fonte de outra pessoa".

Já Bernstein, um dos três jornalistas que conhece a identidade da fonte, não ficou nada satisfeito com a pesquisa feita na Universidade de Illinois. O repórter entrou numa violenta discussão por telefone com um dos estudantes e chegou a dizer que eles deveriam ser espancados (*spanked*, no original). Para ele, a Universidade de Illinois deve ser desacreditada. "A última coisa que alunos de Jornalismo deveriam tentar descobrir é quem são as fontes de outros repórteres", diz. "Eles deveriam aprender como proteger suas fontes". Resta saber quem concorda com ele.

**Textos: Jeanne Callegari**

## Escândalo gerou renúncia

Em junho de 1972, um grupo de cinco homens agindo a mando de autoridades da campanha para a reeleição do presidente republicano Richard Nixon na eleição daquele ano invadiu o Comitê Nacional do Partido Democrata, localizado no edifício Watergate, em Washington, e foi preso pela polícia enquanto tirava fotos de documentos. Os homens portavam microfones de escuta, 40 filmes fotográficos, duas câmeras e três tubos de gás lacrimogêneo. O grupo pretendia descobrir algo que comprometesse a candidatura de George McGovern, candidato democrata. O único jornal que continuou as investigações após a ausência de fatos novos foi o *Washington Post*, através dos jovens repórteres Carl Bernstein e Bob Woodward. Incentivados por uma fonte secreta, que só os dois e Ben Bradlee, editor chefe do jornal, sabiam quem era, e que apontava os caminhos para a investigação, os repórteres conseguiram provar o envolvimento do republicano Nixon com a espionagem ao partido rival. O presidente, já em seu segundo mandato, tentou negar as acusações, mas acabou renunciando para escapar do *impeachment*.

# Parla Percival

Se fossêmos minimalistas do ponto de ter que descrever a carreira de Percival de Souza em apenas uma linha, quais palavras a formariam? Tarefa difícil, mas podemos tentar: 11 livros publicados, os 35 anos de jornalismo investigativo com foco na área criminal e três prêmios Esso de Reportagem na categoria equipe, e mais uma menção honrosa pela participação no *Jornal da Tarde*. Mas deixaríamos de fora que Percival é considerado especialista em segurança internacional, que criou um novo estilo para as reportagens policiais, que é criminologista. Antes do JT, trabalhou nas revistas *Quatro Rodas* e *AutoEsporte*, nos jornais *A Gazeta* e *A Nação*, colaborou nos alternativos *Movimento* e *Opinião* e nas revistas *Realidade*, *Veja* e *IstoÉ*, além de ser colaborador da revista *Época* e na TV Record. Torcedor ferrenho do São Paulo, Percival de Souza concedeu entrevista ao **Zero** após palestra na *II Semana de Jornalismo* da UFSC, em agosto do ano passado. Nela, Percival falou sobre sua trajetória no jornalismo, nas transformações nas editorias de Polícia, no que, na sua concepção, qualidades (e cautelas) que deve ter um bom repórter policial. Sobre o caso Tim Lopes, ele afirma com convicção: "O autor é que administra qual é o limite. A quarta ida dele ao morro seria muito arriscada por um detalhe que eu não sei se ele percebeu: é evidente que um homem de 50 anos de idade num baile de adolescentes chama a atenção".



"Eu sou do tempo em que se discutia as matérias de colega..."

**Z**ero - Como você entrou na editoria de Polícia?

**Percival de Souza** - O grande culpado foi o Mino Carta. Quando projetou o *Jornal da Tarde* [de SP], ele idealizou um veículo que englobaria tudo: fotografia, texto, e, obviamente, área por área. E achou que eu seria a pessoa talhada para uma nova rotina no jornalismo criminal. Comecei um pouco contrariado, mas acabei gostando, me especializando. Como é uma área muito rica, porque reflete muito do comportamento humano, resolvi me dedicar a ela. Há vários aspectos: prisão, polícia, justiça, psiquiatria forense, drogas, violência, ditadura militar, repressão política. Acho que hoje não dá para sintetizar tudo isso na palavra policial, o leque é muito maior.

**Z**- Você reconhece que foi meio forçado a entrar na editoria de Polícia. Por que a resistência?

**PS**- Porque eu nunca tinha feito. Realmente fui debutar na Polícia no recém-lançado *Jornal da Tarde*. Jamais tinha me passado pela cabeça essa possibilidade. Tinha trabalhado num jornal que fazia muito polícia, o *Notícias Populares*, mas cobrindo a editoria de Geral. Apesar de achar a idéia incrível, resisti um pouco. Mas quando percebi que não tinha jeito mesmo, fui aprender lá com os amigos do *Notícias Populares*. Alguns deles também foram para o *Jornal da Tarde*. Eles me explicaram a mecânica, organização e macetes da polícia. Aí fiquei, até porque recebi essa missão de inovar, criar uma nova concepção. Hoje acho que posso dizer que tenho conseguido. Acredito que o Mino não ficou muito decepcionado.

**Z**- O espaço nos jornais para editoria de Polícia, nos veículos de grande circulação, diminuiu bastante, apesar da área estar cada vez mais na agenda do país. Além disso, a área parece ser coberta por jornalistas mais novos, com os assuntos de maior impacto sendo repassados para a editoria de Geral. Você acha que a área de polícia vai voltar a ter importância nesses jornais ou vai se restringir aos veículos populares?

**PS**- Quando a editoria de Polícia surgiu, era considerada uma editoria marginal, de modo geral, dentro das redações. Tanto, que sempre ficava bem lá no fundo da redação, coincidentemente ou não, com a editoria de esportes. Mas de anos para cá, os fatos criminais ganharam uma dimensão muito grande, muito importante. Exatamente por isso as editorias de Geral, Cidades ou Cotidiano, passaram a incorporar também o jornalismo policial. O cotidiano das redações hoje, nesses cadernos, é avaliar os fatos mais importantes do dia, que podem ser tanto algo da administração municipal ou do estado como um fato policial. Por esse motivo, os repórteres policiais clássicos hoje são poucos. Nessas editorias, todo mundo faz polícia. Isso acontece porque o espectro policial é muito grande: há o assalto, seqüestros, tráfico de drogas, violência, isso mexe com a vida das pessoas, preocupa. A violência é um dos itens que mais causa preocupação aos brasileiros de modo geral na atualidade. Um jornal não pode ser indiferente a isso. Então, embora não seja identificado como reportagem policial, o espaço que os jornais são obrigados a deixar para o assunto é grande, e cada vez maior. Isso também significa que não se trata de dar uma notícia policial no padrão antigo, geralmente embasado em crimes passionais ou escândalos. Hoje é prestação de serviço do jornal, é orientar as pessoas sobre determinados aspectos, dar conselhos.

**Z**- Então o espaço permanece, mas não restrito a uma editoria de Polícia?

**PS**- Exatamente. É uma coisa de comportamento da sociedade, uma evolução do crime muito grande. A própria organização policial cresce muito porque hoje não se fala só de polícia, mas de polícia civil, militar, federal, poder judiciário, ministério público, sistema prisional, estudo da violência, tráfico de drogas. É um leque muito grande, por isso, a editoria de assuntos locais acaba abrangendo tudo.

**Z**- Mas isso não diminuiu um pouco a qualidade da reportagem, já que antes existia o repórter que cobria todo o dia a área policial, entendia como ela funcionava, conhecia suas fontes?



"...pra colega. Desde o texto até a apuração. Hoje isso é raro"

**PS**- Isso tem uma solução. O trivial, um grande incêndio, um crime em si, é coberto normalmente, já que não requer uma grande especialização. Mas quando exige mais *tarimba*, maior capacidade de apuração, um profissional que não se conforme em ouvir um não de um órgão oficial, que batalhe, garimpe, cheque a notícia de uma forma ou de outra, aí, sim, o especialista da área é sempre utilizado. Ele é o grande curinga. Essa figura continua existindo. Ele fica com as matérias principais, não é amarrado ao trivial, faz coisas especiais, de dimensão maior.

**Z**- Toda semana há uma chacinha, seqüestro, bala perdida, etc, e em algumas matérias essas histórias acabam virando números frios que não dizem nada. Como não banalizar esse assunto?

**PS**- Existe essa situação que você coloca quando o repórter trata essas matérias burocraticamente e fica preso a números. Aí vira um fulano de tal, de tantos anos, fez isso, aquilo e talitá. Mas se for ao local, e nem todo o jornalista vai, e sentir o ambiente, conversar com as pessoas, ele descobrirá personagens e histórias, que darão condições de sempre elaborar matérias onde essa numerologia seja apenas um pano de fundo. Embora não se possa evidentemente ignorar, por exemplo, um número de assassinatos, se ele é aterrador, chocante. Não se pode ignorar isto. Te dou um exemplo de uma matéria que disse mais que números. Sou na edição do *O Globo*. Rio de Janeiro, tiroteio, é a coisa mais trivial do mundo. Bala perdida não é notícia. Assassinato, é mais um. Então por que a matéria é boa? Porque um repórter foi ao palco dos acontecimentos. Tinha ocorrido um tiroteio entre bando rivais numa favela em Copacabana e ele descobriu, e só *O Globo* descobriu, porque foi o único a ir ao local, que um jabuti foi atingido por um projétil, que perfurou o casco e atingiu as patas traseiras, que ficaram paralisadas. O dono, muito pobre, levou o jabuti para uma clínica onde uma veterinária pegou rodinhas de cadeira e fez uma adaptação para ele se movimentar com as patas dianteiras e deslizar com a parte traseira. Essa matéria é tocante, emocionante, incrível, sensibilizante, chama a atenção para a tragédia do dia-a-dia, da banalidade da violência, dos tiros, morte, chacinhas e balas perdidas com a história de um jabuti. Agora, histórias como a do jabuti existem às dezenas em todos os lugares. Então, em resumo, eu te digo o seguinte: a questão é que o jornalista tem que correr atrás da notícia e não a notícia correr atrás do jornalista.

**Z**- Você já começou a responder na pergunta anterior, mas qual seria o perfil de um repórter da editoria de Polícia? Que características são essenciais que ele tenha?

**PS**- Basicamente exige coisas fundamentais, entre elas, conhecer a mecânica de funcionamento do aparato policial, judiciário e prisional. O repórter precisa entender disso tudo, para saber aonde vai, quem faz o quê. Segundo, precisa ter fontes. Eu defendo a tese de que repórter sem fontes, não é repórter. Tem que saber quem pode fornecer uma boa informação. Tem que ter o telefone da casa do cara quando for madrugada ou feriado, poder contatá-lo. Não é possível fazer uma matéria: "Hoje segunda-feira, infelizmente, não foi encontrado ninguém...". Isso não interessa ao leitor. Melhor nem escrever. E a terceira coisa, que considero obrigatória e pode ser cultivada, é a sensibilidade para perceber os fatos. Eu não sei se você se emocionou eventualmente com a minha história do jabuti ou achou uma bela droga. Mas essa sensibilidade na área policial é vital, porque muitas vezes o repórter está num lugar, pode ser uma repartição policial, órgão da justiça, estabelecimento prisional, e de repente passa na sua frente uma grande história. Muitas vezes embutida numa frase, numa conversa, e precisa perceber que aquela é a grande história



"Se você trair uma fonte, é só uma vez na vida"

for Campo Grande, Dourados, então tudo bem, é local. Você entendeu? São detalhes, são coisas que tem que saber, você que administra isso, você quem gerencia isso. Isso é uma decorrência da pergunta anterior. Isso você vai aprimorando, fazendo cada vez melhor, e é muito bom certas coisas que têm risco você saber onde está pisando conscientemente.

**Z**- Uma possível frieza nos relacionamentos entre profissionais pode estar prejudicando o resultado do trabalho jornalístico? Os novos jornalistas estariam perdendo a oportunidade de aprender com os mais experientes?

**PS**- Eu sou do tempo em que pelo menos as matérias principais eram discutidas de colega em colega, desde a elaboração do texto até mesmo a apuração da matéria. "Você precisa falar com fulano, um cara que conhece isso, vê como ele fez outras matérias, como ele enfrentou outras situações". Hoje isso existe muito raramente. Por exemplo, ainda existem pessoas que fazem jornalismo investigativo, particularmente na área criminal, é muito comum esses profissionais conversarem uns com os outros, e mesmo sendo experientes colocarem seus desafios e dificuldades, perguntarem sobre formas de colocação de um determinado objetivo. E para você ter idéia de quem fazia muito isso, embora fosse um profissional fantástico, competente, era o Tim Lopes. Era muito comum, por exemplo, o Tim conversar comigo sobre questões de São Paulo e eu com ele do Rio de Janeiro. É claro que eu conheço São Paulo muito melhor do que ele conhecia, e é evidente que ele conhece as coisas do Rio muito melhor do que eu. Então entre eu ficar batendo cabeça lá vários dias e o Tim me dar umas dicas, evidentemente, que isso facilitava as coisas e vice-versa. Outro com quem eu faço muito isso, até por sermos amigos pessoais, é o Walmir Salato da TV Globo de São Paulo. Acho que esses exemplos isolados devem ser pensados pelos jornalistas em geral. Sim, e mesmo porque, certos assuntos são literalmente perigosos. É o que acontece hoje é que esses assuntos perigosos são normalmente administrados por quem está fazendo a matéria, porque aquilo é um segredo para a própria redação, quase ninguém está sabendo daquilo. Ou é a direção, o editor lá, ou é ninguém. No caso do autor, é ele que administra até onde ele vai, qual é o limite, etc. Se o Tim tivesse me perguntado, eu diria que a quarta ida dele ao morro seria muito arriscada, por um detalhe que não sei se ele percebeu, mas é evidente que um homem de 50 anos de idade num baile de adolescentes chama a atenção. Você está balançando afirmativamente a cabeça agora, mas acho que você nunca tinha pensado nisso. Parece a coisa mais óbvia. Isso que nós estamos falando vai ser surpresa para meio mundo que ver essa entrevista. Não se pensa essas coisas, porque o perigo é cheio de detalhes. Mas ele não conversou com ninguém, assumiu o risco. Quer dizer, hoje eu ponderaria isto. São detalhes. Por exemplo, na região de fronteira Brasil-Paraguai há lugares perigosos e algumas das cautelas, e isso foi alguém lá que me ensinou, foi andar com carro de placa local. Não tinha passado pela minha cabeça isso. Locadora eu vi no aeroporto de Campo Grande. Aí estou lá em Pedro Juan Caballero com carro de Curitiba, chama a atenção. Agora se for Campo Grande, Dourados, então tudo bem, é local. Você entendeu? São detalhes, são coisas que tem que saber, você que administra isso, você quem gerencia isso. Isso é uma decorrência da pergunta anterior. Isso você vai aprimorando, fazendo cada vez melhor, e é muito bom certas coisas que têm risco você saber onde está pisando conscientemente.

**Z**- Alguns professores de jornalismo dizem que falta às novas gerações a percepção para ver onde está a matéria, principalmente os detalhes que parecem insignificantes mas são óbvios. Você concorda?

**PS**- Sim, eu concordo inteiramente. Tanto que se você observar bem, de vez em quando vê uma matéria boa num telejornal, que



"Assuntos perigosos são administrados por quem está..."

tinha visto bem pequena no jornal. Alguém do telejornal viu, cortou, teve a idéia, sensibilidade e emoção e fez ou mandou fazer aquela matéria. Isso é verdade, às vezes há coisas que estão ali, na cara e as pessoas não vêem, como se tivesse uma trava, é uma coisa impressionante. Ou então as coisas surgem no decorrer de uma conversa que as pessoas não percebem, não avaliam a dimensão, não percebem a importância daquilo, mas isso é o que eu falei antes, a sensibilidade, talvez, é uma coisa inata, mas ela pode ser cultivada, eu acho que ela pode ser cultivada no sentido de você perceber as coisas, ter olhos de ver e ouvidos de ouvir. Ao menos, perceber essas coisas, porque, muitas delas passam por desatenção. Eu vivi uma experiência dessas há três anos, quando estava fazendo o meu livro do Fleury. Não tinha passado pela minha cabeça encontrar com um personagem forte da ditadura militar de 1964. Em um almoço com variados tipos de fonte aquilo surgiu no meio de uma conversa, eu fiquei muito espantado, aí essa pessoa estranhou que eu tivesse interesse, até perguntou "você tá afim de conversar com esse cara?". Eu imaginava ele fora, ou morto, ou alguma coisa assim. O que eu quero dizer é que, além da sensibilidade do jornalista, a outra coisa é que existem pessoas que tem informações ou histórias muito importantes, mas elas não tem a menor noção de que aquilo é importante. Então, se você, como jornalista esperar que apresentem para você um grande assunto como uma pré-pauta, esqueça, você que tem que sacar, você que tem que perceber, e às vezes tirar essa história à força com os braços e pernas. Nem tudo é fácil, nem tudo é tranquilo. Você precisa perceber e administrar o espanto das pessoas diante do seu interesse por um determinado assunto, porque para ela aquilo é corriqueiro, elas não conseguem nem entender porque você está tão interessado. Então tem essa face dupla das grandes matérias, é muito comum você chegar em um determinado lugar e de repente encontrar uma coisa que você não imaginou, na redação ninguém pensou, que é muito mais importante do que você tinha planejado fazer de início, você precisa ter essa flexibilidade profissional. Eu até defendo em alguns lugares do Brasil você sair literalmente sem destino. O repórter para escrever e um bom fotógrafo, sem destino. O *Estadão* fez recentemente essa experiência com uma série de matérias tipo "Brasil desconhecido e tal", que foi uma moça que foi descobrir coisas incríveis. Quem faz algo assim meio curto, meio entretenimento, é o Maurício Kubrusly no Fantástico, do Globo. Ou seja, personagens, histórias incríveis de um Brasil desconhecido em vários pontos do país, há coisas incríveis.

**Z**- Depois do assassinato de Tim Lopes, existe algum receio dos jornalistas de na hora de fazer essas reportagens mais perigosas?

**PS**- Eu acho que a morte dele é um trauma para a nossa categoria, é um grande choque. Para mim, que era amigo dele, é uma coisa que ainda me abala muito. Então nos estamos conversando hoje sobre isso sem problema. Acho que vou ficar marcando isso no calendário por muito tempo, mas por outro lado isso significa que é muito cômodo ver que um jornalista fez a grande matéria, e ele fez a feira de drogas na Rocinha, ele fez coisas que ninguém sabe que ele fez. Aquela grande matéria sobre a corrupção na Prefeitura de São Gonçalo (RJ), a alma daquela matéria de denúncia de futebol que o Marcelo Rezende pôs a cara na tela e apresentou, uma série no Fantástico incrível do encontro de autor de crime com a sua vítima ou familiares da vítima, coisa aparentemente impossível de fazer. O Tim fez aquilo. A minha última conversa

não dá. E o pior não foi isso, eu vendo um colega do Rio chocado com isso porque durante um bom tempo para subir qualquer morro uma pessoa ia com proteção policial. Quando foram pela primeira vez sem polícia após a morte do Tim, em comboio, várias equipes de veículos diferentes juntas, aqueles carros escritos reportagem, e chegando lá, gritos bem altos saudavam os jornalistas na vielas e becos. Gritos de "vai ter mais Tim, vai ter mais Tim, vai ter mais Tim". Era isso que eles ouviam. Claro que tudo isso causa medo recio, constrangimento, isso intimida, preocupa. Se você falar que vai em qualquer lugar do Rio hoje, você fala para sua família, para o seu marido, noivo, namorado, vão achar que você está louca. Tira isso da cabeça, esse é o conselho que você deve receber. Hoje nos vivemos num momento dramático, não é só chegar em certos lugares e dizer "eu sou da reportagem". Você vai tomar um tiro na cabeça. Não existe isso. E o caso do Tim deixou claro isso. Existem lugares perigosos, arriscados. E nas redações, de modo geral, não existia consciência disso. Eu repito, se ele tivesse me perguntado alguma coisa. Eu teria dito, "pô Tim, você é um coroa lá no meio da molecada, é a maior bandeira do mundo", mas isso hoje, toda vez que eu falo todo mundo diz "é mesmo". Isso realmente preocupa, na administração o que é que o Tim fez. Quase ninguém sabia a tal ponto que ele alugou um carro numa locadora normal para não ser nem carro da televisão e aí cria um outro problema. Eu sempre fiz isso, eu só vou a certos lugares com o fotógrafo e motorista que eu escolhi a dedo.



"...fazendo a matéria. São segredo na própria redação"

como ele girava sobre isso. Começo do ano, nós fizemos um N de Notícia [programa telejornalístico do canal pago *Globonews*] juntos, eu não tinha idéia que seria a última vez que estaríamos juntos, mas eles estava falando da dificuldade de arrumar bons repórteres para certas matérias, não se queria fazer aquilo lá, aquele certo tipo de coisa. E eu estive em várias emissoras de televisão para falar do Tim. Eu me lembro, que no programa da Luciana Gimenez, ela falou que eu poderia falar de tudo, menos mal do traficante porque ela tem filho pequeno e tem medo. Não é fácil isso, isso aí não é fácil entendeu? Parece que nós caímos na real com essa história, porque até então, no Rio de Janeiro, o tráfico de drogas era um negócio glamourizado. O traficante é vítima da sociedade, aqueles jargões, aquela retórica, aquilo você nem pode chamar de ideologia, ideologia de sarcófago egípcio. E de repente, não é nada disso, gente, eles são bandidos, sanguinários, cruéis. Sempre onde eu vou lembro como foi: identificado, toma tiro na perna para não correr, amarrado, colocado no carro, vai lá no Elias Maluco, pega a espada de samurai e enfia no peito, vai abrindo para cima e para baixo. Foi assim que mataram ele, feito em pedacinho, colocado em dois pneus e tocado fogo, foi assim que o Tim Lopes morreu. Agora ainda vai ter alguém chamando o Elias Maluco de Robin Hood? Pelo amor de Deus, não dá, realmente



Tim: "É evidente que um homem de 50 anos de idade num baile de adolescentes chama atenção"

## "A sensibilidade é ter olhos de ver e ouvidos de ouvir"



Fotos: Fabiano Avila - Zero

"Eu entrei numa rebelião em uma cadeia, e um preso me acalmou: 'o senhor pode ficar tranqüilo, nós vamos matar todo mundo, mas com o senhor ninguém vai mexer'"

Isso eu faço há anos, porque eu sei que tem que ser assim. Então o Tim alugou um carro com um motorista que não tinha nada do jornal, aí ele desaparece no morro, não aparece às 22 horas no local marcado, o motorista foi embora e foi para casa dormir. Foi isso que ele fez, foi para casa dormir. No outro dia ele foi lá na televisão, "o Tim não voltou mais, você não ia lá pegar ele?". Isso horas e horas decorridas, o Tim não apareceu e o cara foi dormir. Ele é culpado por isso? Não, ele não é jornalista, ele não sabe nada do que estamos falando aqui. Infelizmente foram erros do nosso amigo que acabaram sendo fatais. Eu até acho que se tivesse sido feito alguma coisa de imediato daria para tentar pelo menos fazer alguma coisa. E é terrível na verdade isso, você administra isso com você mesmo, não tem com quem compartilhar isso, até porque o sigilo faz parte. Você e Deus.

**Z- Você acha que, a partir de agora, os editores vão ter mais cuidado na administração dos riscos, para evitar tragédias como essas?**

**PS-** Sim, e eu sempre defendi isso. Inclusive, em certas situações eu aviso para o motorista que se eu não aparecer em duas horas é um sinal de que tem coisa errada. Mas também nem todos os editores entendem isso, eles só estão pensando em como eles vão desenhar a página. "Legal, vamos abrir uma foto cinco colunas." Sabe, não é isso aí. Agora, evidentemente, um assunto como esse do Tim tinha que ser discutido como uma verdadeira estratégia operacional. Não é uma coisa corriqueira, acontece que só o Tim sabia fazer isso naquele dia, e a redação ficou tranqüila. "Tim é macaco velho. Tira de letra, já fez coisas tão perigosas quanto essa". Hoje se tem uma consciência, quando as coisas são conversadas com quem tem mais experiência, tem certas coisas que são evitadas. Anos atrás uma colega nossa do *Estadão* que estava investigando um garimpo clandestino na Amazônia, tomou um tiro que acertou a perna dela. Quando soube como ela levou um tiro eu fiquei furioso, quer dizer, um barco navegando, no meio da noite num rio que passa num garimpo clandestino cheio de foragidos, tudo que se possa imaginar. De repente, sua excelência o fotógrafo abre o *flash*, estoura o *flash* lá no meio, lógico que veio tiro. Meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Agora, ele fez isso por maldade? Não, inexperiência. A lua estava tão bonita, só que não era foto de lua com árvore sombreada. A matéria era outra. Mas e quem não tem a menor noção disso? Então é necessário que para certos assuntos, seja armado um esquema de segurança direitinho. Não precisa ser nada ostensivo, uma coisa que se administre a raridade, que se faça previsões. E não precisa largar sozinho na boca do jacaré.

**Z- Você deve passado por situações perigosas, eu gostaria que falasse um pouco sobre algumas delas.**

**PS-** Bom, eu já vivi coisas muito perigosas em relação a traficantes, contrabandistas, pistoleiros. E algumas delas eu vivi na própria cidade, eu moro em São Paulo. Por exemplo, um grupo de

policiais, que matava quem achava que fosse bandido, o Esquadrão da Morte. Durante muito tempo fui uma voz solitária a mostrar que era um grupo estimulado pela corrupção, que matava apenas traficantes adversários de um outro grupo traficante concorrente. Isso atraiu um ódio para cima de mim muito grande. Até, na época, estava para nascer minha primeira filha, o último mês de gestação da minha mulher foi fora de casa. Você imagina isso? Ter que sair de casa? Ir para casa de uma amiga? É muito complicado. Além do que, você estende para sua família uma coisa que é sua, aliás eu não gosto muito, evito ao máximo misturar estações, evito ficar detalhando certas coisas em casa, até porque você vai gerar preocupações. Na fronteira eu já vivi na contingência de circular por alguns lugares obtendo antes uma espécie de salvo-conduto com traficante chefe do lugar, porque eu sabia que não adiantava recorrer à polícia nem a governo nenhum. Então, uma coisa assim de filme de *Poderoso Chefão*, chegar no lugar no contrabandista e tal. Aliás, foi ele que falou de mudar o carro por causa da placa, e que eu podia ficar sossegado. Isso aconteceu comigo, eu andei tranqüilo em ponto de fronteira com a proteção de contrabandista. Não existia poder constituído, instituições, não existia nada disso. Então, esses momentos foram muito grandes. Rebelião de presídio, já me aconteceu ter entrado a pedido dos rebeldes. E comigo lá dentro a polícia jogar bomba de gás lacrimogêneo e acabar o acordo. Os presos furiosos e eu lá dentro. Eu imaginando, se a polícia entra, eu estou no meio. Tiro de um lado, facada de outro. Você vive isso aí. Até porque não sei que cara eu tava fazendo, um preso chegou

para mim e falou "o senhor pode ficar tranqüilo, nós vamos matar todo mundo, mas com o senhor ninguém vai mexer". Eu sorri e falei: "Pô, vou ficar muito tranqüilo". Então essas coisas são muito fortes. São situações das mais variadas. Eu corro muito risco.

**Z- Em um de seus livros, você ficou um certo tempo na prisão. Como foi essa experiência? Você ficou lá morando um tempo?**

**PS-** Eu fiquei um mês lá, sem nenhum artifício, todo mundo sabia que eu era jornalista, eu chegava bem cedo e saía à noite. Às vezes dormia e saía. O meu objetivo era contar o máximo que eu pudesse sobre como é a vida lá dentro, sem depender de ninguém. Não queria ficar dependendo de padre, psicólogo, comissão não sei o que e tal. Aliás, comissões, que eu já observei há muitos anos, só aparecem lá em dia de rebelião. E também que-

ria saber como é dormir em cela, ficar na cela, queria sentir isso e eu senti. E essas noites lá, na verdade, foram muito boas para coletar histórias, não para dormir. Primeiro porque não deu, segundo porque os presos sempre que eu ficava queriam contar a suas histórias. Alguns queriam contar os crimes que cometeram e queriam que eu julgasse se eles estavam certos ou errados. Eu querendo fugir disso de qualquer jeito, e o cara vem: "Mas eu quero saber a sua opinião". Então foi muito forte, é experiência de vida muito grande, além da experiência profissional. Para você ter uma idéia, vou contar três histórias rapidinho. Numa, conheci um ladrão, que foi preso porque roubava posto de gasolina, foi preso em flagrante quando assaltou mais um. Então, ele foi abandonado por todo mundo, amigos, familiares e tal. Ele recebia apenas um pessoa, o dono do posto de gasolina que assaltou. Essa história foi realmente fantástica. Outra também, um dia eu estava lá, aquela coisa, o carcereiro falou "pô, chama aquele vagabundo lá". *Vagabundo*, traduzindo era um preso. "Taí a filha dele que ele não vê há dez anos, chegou aí". O cara berrando assim, e eu "o quê?". Procurei saber o detalhe, o cara foi preso, tinha uma filha pequena, a mãe disse que ele tinha morrido. Enfim, a menina tinha 12 anos e descobriu quase que por conta própria que o pai tava vivo e preso, e ia conhecer o pai com doze anos. Ela estava lá e eles iam se encontrar. E foi uma das coisas mais emocionantes que eu vi na minha vida. Porque ela estava muito segura, muito madura. Doze aninhos! E o pai chocado, envergonhado, e aí ela abraçou ele e disse: "Calma pai tá tudo

bem!". E ele chorando, ficou sem conseguir articular uma palavra. "Calma pai, tá tudo bem", e ele chorando, chorando. E eu no canto lá assistindo aquilo, também saí para chorar escondido. Chorar na cadeia é complicado. E a terceira história é que, já no fim, eu tava com uma filha de três anos e me convidaram para uma festa de aniversário de um dos presos, num sábado à tarde, nem imaginavam que eu iria. Eu fui e levei a minha filha. O que acontece é que muitos presos não viam uma criança há anos. Alguns não tocavam numa criança há anos. Então tinha isso, uma coisa assim de me venerar por eu levar a minha filha lá sem medo, sem achar que alguém ia aprontar alguma coisa. Resultado, dezenas de tiros caíram lá no quintal, um milhão de pedaços de bolo e guaranás. Eu coloco isso aí no livro, só de ler algumas pessoas choram. Foi uma coisa muito forte isso. Então para você ter uma idéia, essas histórias são histórias sepultadas. Elas estão lá, se alguém for hoje de novo, passar um mês, vai fazer um livro diferente, com outras histórias. Foi uma grande experiência de vida e profissional também.

**Z- Fale um pouco da relação de fontes que o jornalista precisa ter com a própria polícia. O medo de perder a fonte pode tornar o repórter refém da polícia?**

**PS-** Isso aí é muito interessante e, normalmente, as pessoas que falam isso aí não entendem nada desse assunto. No começo falam, tem posições firmes, mas não entendem nada. A primeira coisa, o ponto de partida de um acontecimento do cotidiano, não estou falando das matérias especiais. Ele é inevitavelmente da polícia, porque se é um crime, um acidente, um roubo de carro, grande assalto, seja o que for, isso é registrado na polícia. Então você tem lá a comunicação de um fato. A partir daí, você vai desenvolver de acordo com o seu critério, talento e competência. Você precisa ter as fontes como já disse anteriormente. E ao contrário do que muita gente imagina, a polícia tem fontes altamente confiáveis, é um equívoco achar que ninguém na polícia presta, ficar sempre com um pé atrás, isso não existe, isso não existe. Isso eu garanto, não existe. O meu critério pessoal é o seguinte, eu pego a minha lista de fontes, eu catalogo as fontes e penso. Tem fonte que eu ponho a mão no fogo, tem fonte que te dá informação correta, mas tem algum interesse por trás daquilo. Não que o fato não seja correto, mas ela gostaria que eu soubesse por alguma razão. É a terceira, com fatos falsamente verdadeiros, e aquilo realmente é muito nebuloso, você precisa trabalhar aquilo para ver o que é que é. Eu acho, que se você conseguir fazer na sua prática profissional essa distinção você conseguirá caminhar muito bem.

**Entrevista: Valéria Noletto**

Jornalista e ex-aluna do Curso de Jornalismo da UFSC

## RESUMINHO

## Livro condena inércia e impunidade

O jornalista Percival de Souza decidiu descansar quinze dias em Porto Belo, Santa Catarina, no começo desse ano porque estava exausto emocionalmente. O que deixou o novo comentarista policial do programa Cidade Alerta tão cansado? Escrever e ter que falar sobre o seu livro mais recente *Narcoditadura - O caso de Tim Lopes. Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil* (Laboratório Editorial, 272 páginas, R\$ 35,00, 2002). Em seu "livro vingador", escrito em apenas 45 dias, Souza dissecou o assassinato do repórter da TV Globo e amigo Tim Lopes e, a partir desse caso, mostra o poder do narcotráfico e do crime organizado no país.

Com 35 anos de experiência em jornalismo policial, Percival de Souza chorou muito ao apurar as informações e ao escrever o livro. "Sinceramente, gostaria de não ter sido preciso escrever *Narcoditadura*. Ele me angustiou, me deixou e deixa amargurado." Ele cita uma ocasião especial em que se sentiu humilhado: para reconstituir o caso teve que subir a favela da Grota, onde Tim foi morto, escondido dentro de um caminhão de entrega. Isso porque, depois do assassinato, toda vez que um jornalista aparecia no morro era recebido aos gritos de "Vai ter mais Tim!"

Com o livro, Souza quer mostrar aos jornalistas e estudantes de jornalismo como é o trabalho investigativo e incentivar para que existam mais "Tims" nas redações. Para isso, ele escancara os bastidores do crime organizado, desde o envolvimento da polícia à impunidade instituída e alerta para a necessidade de que a imprensa denuncie a situação. "Se o livro for discutido, se forem tomadas providências



sobre as denúncias, aí sim, encontrarei um bálsamo consolador", explica.

Por estar tão próximo do tema, o jornalista às vezes carrega o texto com emoção demais. A reportagem chega, em certos trechos, a se parecer com um romance. Algo difícil de evitar num trabalho feito em tão pouco tempo, sendo o crime tão recente, e autor e personagem principal sendo tão amigos.

Além do reconhecimento no meio jornalístico, Tim Lopes e Percival de Souza têm mais coisas em comum. Os dois ganharam o Prêmio Esso de Jornalismo e fizeram muitas matérias de impacto (Tim mostrou as feiras de drogas em favelas do Rio de Janeiro e Percival escreveu livros como *Society Cocaína* e *Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*). Alimentavam uma certa decepção pelo jornalismo atual, em que repórteres deixam de correr atrás da notícia para que a notícia corra atrás deles, mas também trocavam confidências.

No livro, Souza faz um jogo de palavras, chamando Tim pelo seu nome de batismo, Arcaño, que, segundo a bíblia, seria um mensageiro divino. Triste coincidência é saber que Arcaño também era o nome de João Arcaño Ribeiro, empresário e bicheiro responsável pela morte de outro jornalista brasileiro, Domingos Sávio Brandão, no ano passado.

**Adriana Kuchler**

Jornalista e ex-aluna do Curso de Jornalismo da UFSC

# Síndrome mortal deixa a Ásia em quarentena

Uma enigmática doença surgida na China no ano passado se proliferou gradualmente nos últimos meses e tem espalhado o medo por todo o mundo. Trata-se da pneumonia atípica ou Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars, na sigla em inglês), uma doença causada por vírus, de contágio por meio de secreções respiratórias, que já infectou cerca de 9 mil pessoas, matou 750 em 32 países e é considerada a "primeira epidemia global do século XXI".

A gravidade da doença e seu avanço se tornaram públicos em março, quando por sua manifestação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desaconselhou que alguns países fossem visitados pela primeira vez em dez anos para evitar seu alastramento. No sudeste asiático, região que concentra a grande maioria dos casos, máscaras de proteção se tornaram acessórios indispensáveis já que, ao contrário da Aids, cujo contágio é restrito, é possível contrair a SRAG, apenas respirando em público. Nas grandes cidades de países da região, escolas, cinemas, restaurantes foram fechados para evitar aglomerações que facilitariam a proliferação do vírus. As ruas ficaram semidesertas. Outra tentativa para conter o avanço da doença foi a imposição de quarentena àqueles suspeitos de infecção, iniciativa que remonta à Idade Média. Apenas em Pequim, uma das cidades mais afetadas, cerca de 23 mil pessoas foram confinadas para evitar a propagação da doença. Na segunda semana de maio, o governo chinês ameaçou com a pena de morte aqueles que saíssem da quarentena sem permissão. Na região de Toronto, no Canadá, único grande foco da doença no Ocidente, Tony Clement, secretário de saúde local, ameaçou que iria "acorrentar à cama" quem desobedecesse a quarentena imposta, que atingiu cerca de 7 mil pessoas.

A situação é ainda mais grave nas zonas rurais da China, para onde parte da população tem se deslocado para fugir da epidemia. Com um sistema de saúde precário, a luta para evitar que a doença se espalhe já é considerada uma batalha perdida. Para Ray Yip, chefe da divisão da Unicef para o combate da Aids em Pequim, há um agravante: a pneumonia pode ser ainda mais mortífera caso atinja soropositivos. "Qualquer doença pode ter grandes consequências para estas pessoas", diz.

**Volta ao mundo**- Em tempos em que um bilhão de pessoas cruzam fronteiras todos os anos, uma epidemia pode dar a volta no planeta rapidamente através dos vôos de avião. Em aeroportos de muitos países, virou rotina examinar e cadastrar viajantes. No Brasil, foi instituído um cadastramento obrigatório para quem chega do exterior, o que possibilitaria a identificação e localização de eventuais infectados. "Adotamos todas as medidas indicadas pela OMS, mas não há como impedir que casos cheguem ao país", alerta Humberto Costa, ministro da Saúde. Até o momento, mesmo com dezenas de casos suspeitos, não houve confirmação de infectados no país.

Apesar da facilidade com que a doença pode se espalhar, existem meios de contê-la. No Vietnã, que aceitou auxílio da OMS desde os primeiros casos registrados, o combate foi bem sucedido. Uma combinação de diagnósticos prematuros, intensa divulgação de informações sobre a doença e isolamento dos pacientes permitiu evitar o seu avanço. "Mesmo sendo muito agressiva, com



Teh Einy Koon/AP

as técnicas de controle já existentes, não deixaremos que ela mate tanto", acredita Renato Gusmão, epidemiologista da Organização Pan-Americana de Saúde.

A SRAG é semelhante a outros tipos de pneumonias virais: ataca os pulmões, causando inflamações entre os alvéolos (minúsculas bolsas onde ocorre troca de gases), o que dificulta a respiração. Assim que é contraído, o vírus se reproduz rapidamente no corpo da vítima, causando tosse seca, dificuldade em respirar e sintomas parecidos com o de uma gripe comum, como febre alta e dor de cabeça. Após alguns dias, o organismo da vítima passa a reconhecer o vírus e lança um contra-ataque, que resulta em múltiplas inflamações no pulmão. Cerca de 80% dos pacientes conseguem se recuperar durante essa segunda fase. Por volta do oitavo dia após a infecção, começa o estágio avançado da doença, em que o paciente corre risco de vida. Com a intensa debilitação do pulmão, as vítimas necessitam de respiração mecânica.

Os primeiros casos da doença foram registrados em novembro de 2002 no sul da China, na província de Guangdong. No entanto, só no dia 10 de fevereiro, que o governo chinês admitiu a existência em seu território de uma espécie de pneumonia que causara cinco mortes e infectara mais de 300 pessoas. Naquela semana, os moradores de Guangdong, em pânico, estocavam comida, ao mesmo tempo em que Pequim garantia que a situação estava sob controle. Enquanto isso, o vírus se espalhou por Hong Kong e países próximos. "Existem muitos países, não só a China, que hesitam em fornecer dados sobre novas doenças que surgem, especialmente quando podem afetar a indústria do turismo ou o comércio", disse Dick Thompson, porta-voz da OMS.

Com a propagação da doença, as perdas econômicas dos países afetados foram inevitáveis. Até o fim do ano, a epidemia deve ter um efeito mais negativo sobre a economia global do que a guerra no Iraque. O Banco de Desenvolvimento da Ásia estima que as perdas na produção econômica chegarão a US\$ 30 bilhões. Por todo o sudeste asiático, quase a metade dos vôos foi cancelada e houve 60% de queda no número de turistas. Segundo o Conselho Mundial de Turismo, três milhões de empregos do setor serão eliminados nos países da região por conta dos prejuízos causados pela doença. Com confinamentos em massa e estabelecimentos fechados, o consumo caiu abruptamente. Na China, onde as indústrias têm dado férias coletivas para evitar aglomerações e a bolsa de valores foi fechada por duas semanas, a economia deve encolher 2% no segundo trimestre. Como vários países da região são dependentes economicamente da nação mais populosa do mundo, a retração será generalizada.

Além dos bilhões de dólares e das centenas de vidas perdidas, o legado da SRAG pode ser uma melhoria do sistema de segurança epidemiológica mundial. Para Dick Thompson, a síndrome está mostrando como as autoridades de saúde mundiais não estão preparadas para enfrentar ataques biológicos ou novas doenças que venham a surgir. "A OMS tem uma rede de monitoramento funcionando através de pesquisas exaustivas que tentam verificar de imediato a ocorrência de casos de doenças raras. Mas o sistema tem muitas lacunas e deve ser aperfeiçoado", concluiu.

**Textos: Felipe Bächtold**



Guang Niu/Reuters

## Civeta pode ter gerado o contágio

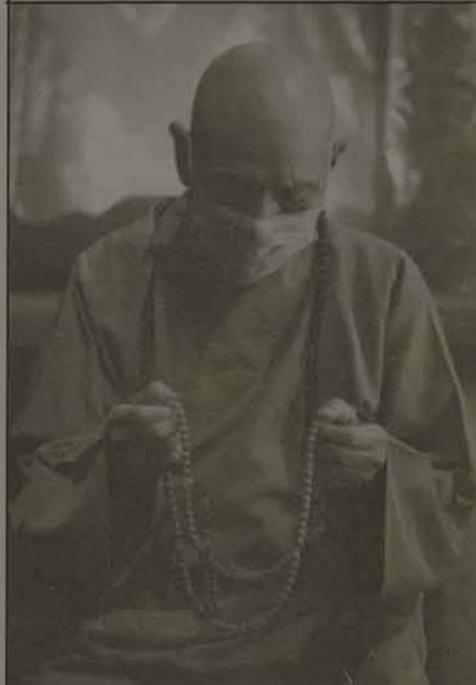
Por ter sido descoberta há tão pouco tempo, informações básicas sobre a SRAG, como o tratamento, a porcentagem de vítimas que se recuperam, possíveis seqüelas e o perfil do vírus causador ainda não são precisas. À medida que os médicos entram em contato com a doença, os detalhes se tornam conhecidos.

Para agilizar este processo, o que se vê é uma mobilização internacional sem precedentes contra a doença. A OMS organizou uma rede de 13 laboratórios em nove países para desenvolver estudos imediatos sobre as características do vírus causador e suas eventuais vulnerabilidades. A importância deste compartilhamento de informações foi demonstrada quando, no começo de maio, cientistas da universidade alemã de Luebeck conseguiram, através da divulgação da seqüência genética do vírus, feita por uma equipe americana dias antes, identificar a estrutura de uma parte do agente causador que, se desabilitada por drogas, poderá matar o vírus. "É um belo exemplo da prática da saúde pública. Ninguém correu para patentear remédios ou lucrar com a descoberta de tratamentos", diz Renato Gusmão, epidemiologista da Organização Pan-Americana de Saúde. Para ele, o vírus pode desaparecer naturalmente em breve. Em sua ação, o vírus ataca diretamente suas vítimas, ou seja, não fica incubado sem manifestar sintomas, o que não é proveitoso para ele porque não tem como se alimentar ou reproduzir.

David Heyman, diretor da OMS, não concorda com esta hipótese. Para ele, se o agente causador da pneumonia atípica sofrer constantes mutações, pode seguir a tendência de outros vírus que emigraram de animais para humanos, tornando-se menos nocivos com o passar do tempo. "Acreditamos que o vírus da SRAG se adaptou bem ao corpo humano e vai continuar passando de homem para homem", diz, com desânimo. Descobertas sobre a SRAG, porém, pouco podem ajudar aos pacientes infectados no momento. Para cientistas americanos, caso se confirme que o vírus não sofre constantes mutações, com uma gigantesca mobilização mundial, seria possível criar uma vacina contra a síndrome em pouco mais de um ano.

**A pergunta vital**- Uma peculiaridade percebida pelos cientistas é a predisposição de certos indivíduos infectados a espalhar a doença com grande eficiência, os chamados "superpropagadores". Em Cingapura, por exemplo, um rastreamento entre os infectados indicou que cerca de 160 casos da doença foram originados por um comissário de vôo de 26 anos que contraiu a doença em Hong Kong. "A pergunta vital a ser respondida é o que faz de alguém um 'superpropagador'", diz Osman Mansoor, cientista da OMS. Para Anthony Fauci, diretor do Instituto Americano de Alergias e Doenças Infecciosas, a explicação pode estar em fatores genéticos de cada indivíduo. Outras pesquisas especulam que os "superpropagadores" incubaram um tipo ainda mais nocivo do coronavírus ou já estavam infectados com outros tipos de micróbios.

Para Brenda Hogue, especialista da Universidade do Arizona, é provável que o vírus causador seja um tipo comum em animais. Uma possibilidade, levantada por um grupo de cientistas de Hong Kong no final de maio, é que a doença teria sido transmitida ao homem por civetas, um tipo de gato selvagem, que é habitualmente criado em fazendas do sul da China para consumo humano. "Esperamos conseguir alguma coisa que possa ser usada para tratar pessoas rapidamente", diz John Huggins, virologista. "Existe urgência porque simplesmente não sabemos o suficiente. E, a menos que a SRAG desapareça, continuaremos tentando. E tudo indica que ela não desaparecerá.", finaliza. (FB)



Richard Chung/Reuters



Kyodo News/AP



Mike Cassese/Reuters

# HU passa mal. Mas já saiu da UTI

Enquanto dívida se acumula, dificuldade financeira prejudica atividades no setor

## Situação é de emergência em todo o país

O endividamento de mais de R\$ 133 milhões afeta as atividades de pelo menos 18, dos 45 hospitais universitários federais subordinados ao Ministério da Educação (MEC). Os restantes 27 não informaram seus débitos com empresas prestadoras de serviços e fornecedores de equipamentos e remédios. A Associação Brasileira de Hospitais Universitários (Abrahue) culpa a terceirização de funcionários pela situação caótica. Nos últimos oito anos não houve concursos públicos e empregados terceirizados tiveram que ser contratados para substituir servidores demitidos e aposentados.

Trabalham hoje nos 45 hospitais universitários federais cerca de 38 mil funcionários concursados e 22.179 terceirizados. O Tribunal de Contas da União considerou ilegal a contratação de funcionários terceirizados e determinou que os hospitais federais devem substituí-los por concursados até julho.

Em novembro, o hospital ligado à Universidade Federal de São Paulo fechou o pronto-socorro e por 15 dias atendeu apenas casos graves. Só voltou a abrir em dezembro, após recebimento de verbas do Ministério da Saúde. O hospital da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em Uberaba, também fechou o pronto-socorro no final de novembro.

A dívida de R\$ 11 milhões, o desabastecimento da farmácia, almoxarifado, cozinha e despensa, e a situação precária dos equipamentos causaram a paralisação.

Instituições de Belo Horizonte, Goiânia, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, São Luiz, Salvador, Recife e Manaus, Uberlândia e Juiz de Fora têm dificuldade em manter o atendimento emergencial. A exceção é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que não enfrenta problemas de caixa e até já pagou o 13º salário dos funcionários. (MC)

A dívida de R\$ 2,5 milhões que o Hospital Universitário da UFSC tem com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), relativa ao pagamento de funcionários, não tem solução a curto prazo e continuará crescendo até a contratação dos servidores para as vagas autorizadas pelo Ministério da Educação. A estimativa é de Fernando Machado, diretor-geral do HU, que frisou a necessidade de buscar alternativas de financiamento para evitar que nos próximos meses o hospital tenha as atividades "inviabilizadas por insolvência". Em 22 anos de funcionamento, Machado garantiu ser esta a pior crise já enfrentada pelo hospital e acredita que os piores meses serão os últimos do primeiro semestre. Para o vice-reitor, Lúcio Botelho, a situação "não é tão ruim" se comparada a de outros hospitais, onde o débito passa de R\$ 19 milhões.

Quase um terço do rombo foi causado pela paralisação dos servidores durante a greve de 2001. O restante é resultado do aumento no número de servidores contratados pela Fapeu para repor funcionários que faleceram, se aposentaram ou foram demitidos nos últimos cinco anos. Como o governo passou anos sem aprovar a realização de concursos, funcionários terceirizados tiveram que ser contratados. Esses empregados não estão incluídos na folha de pagamento do MEC e têm que ser remunerados com a receita obtida por consultas prestadas pelo HU — pouco mais de R\$ 1 milhão por mês. Machado diz que as contratações deveriam partir do MEC, que também seria responsável pelo pagamento dos funcionários. Preocupado, Machado diz não saber até quando a Fapeu poderá arcar com a dívida crescente, mas se mostra confiante nas promessas do novo governo.

A tabela de preços do Serviço Único de Saúde (SUS), sem reajustes desde 1996, é um agravante para a crise, na opinião de Machado. O SUS paga R\$ 2,55 por consulta básica, valor que não cobre as despesas mensais do hospital. Os valores dos atendimentos de emergência e consultas especializadas também não são reajustados há sete anos. Outro fator que reduz a receita do HU é a desvalorização do real em relação ao dólar. Os contratos para aquisição de medicamento são semestrais ou anuais e, como 60% dos insumos hospitalares têm preços atrelados à moeda norte-americana, negócios fechados no período em que o dólar atingiu quase os R\$ 4,00 aumentaram os gastos em 33%.

**Consequências** - A falta de recursos resulta no



Sistema Único de Saúde paga pouco e preço dos medicamentos ainda é atrelado ao dólar

sucateamento de equipamentos e da infra-estrutura, a exemplo do centro de Medicina Nuclear e do laboratório de Hemodinâmica, hoje desativados. Setores como Obstetrícia, Laboratório de Eletroencefalografia funcionam precariamente, causando perda de faturamento. Machado diz que também não há dinheiro para pequenos reparos, como a troca do forro do teto de algumas salas, em situação "inadmissível para um hospital".

A diminuição do tempo médio de permanência hospitalar, a queda da taxa de infecção e a otimização da ocupação dos leitos promoveram, nos últimos cinco anos, aumento de 20% no faturamento — ainda assim insuficiente para a manutenção da infra-estrutura dos prédios. Para atualização técnica, o HU recebe apoio do MEC, que adquire equipamentos — freqüentemente entregues com atraso e incompletos. Em agosto do ano passado, após seis anos de espera, recebeu um lote de equipamentos avaliados em R\$ 850 mil. Mas a centrífuga, por exemplo, tinha recipiente para tubos de ensaio em vez de para bolsas de sangue. A esteira ergométrica de ginástica tem inclinação inadequada para testes médicos de resistência e não possui barras laterais de proteção. Foram gastos R\$5.450 para tornar os aparelhos utilizáveis. Em março de 2002, o ministério entregou aparelhos de alta tecnologia para a realização de microcirurgias — utilizados em plástica, cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e urologia. Hoje o HU é o único hospital público de Santa Catarina equipado para estas operações.

Apesar da falta de verbas, recursos de programas do ministério da Saúde permitiram a implantação, há quatro anos, de uma nova lavanderia e a construção de dois pavimentos — onde a nova UTI e o serviço de Hemoterapia serão instalados. No ano passado, as salas da Diretoria foram remanejadas do ter-

ceiro andar para o térreo. Em julho, entrou em funcionamento o centro de Endoscopia Ginecológica, pioneiro entre hospitais públicos da Capital no uso de vídeo para diagnosticar lesões no útero. O laboratório de Análises Clínicas foi concluído em dezembro, após dois anos em obras, orçadas em R\$ 500 mil. Com a ampliação, oferecerá novos serviços e aproveitará equipamentos que não estavam em uso por falta de espaço. Parte das mudanças necessárias para modernizar os setores e adequar o atendimento à demanda foram realizadas em 2002 — a Hemodiálise recebeu novas máquinas, os aparelhos do Centro de Esterilização foram adquiridos e recursos da Secretaria da Saúde de Florianópolis são aguardados para equipar Laboratório de Análises Clínicas. Ainda faltam, porém, cerca de R\$

80 mil para reparar a Hemodinâmica e quase R\$ 30 mil para a Farmácia.

**Soluções** - Hoje, o HU é o único grande hospital do estado que atende exclusivamente pelo SUS. O fechamento é descartado pelo diretor, porque mantém o custo fixo de funcionamento (como pagamento de funcionários), mas deixaria de ganhar R\$ 30 mil mensais com a prestação de serviços. Mesmo assim, algumas alas, como UTI, centro cirúrgico e hemodinâmica, podem ser temporariamente interditas.

O recurso orçamentário deste ano para hospitais universitários é de R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 2,8 milhões são destinados à UFSC. A Secretaria de Ensino Superior do MEC garantiu o pagamento parcelado de R\$ 1,47 milhão a partir de abril, mas o valor só começará a ser repassado em agosto. Confiante no fim na crise, Machado procura "não ser alarmista e viver um dia de cada vez".

Para o diretor, a alternativa de pedir empréstimo bancário adotada por alguns hospitais é "suicídio". Também não considera solução o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que destina 25% dos leitos de hospitais universitários a pacientes com condições de pagar pela internação. "Pode ajudar na arrecadação, mas vai contra nossa missão de responsabilidade social". Uma medida que pode auxiliar no aumento de receita é o pagamento das empresas de seguro-saúde ao governo quando seus pacientes forem atendidos pelo SUS. "Isso está regulamentado, mas as seguradoras bloquearam o processo na justiça, por erro na estratégia do ministério da Saúde", diz Machado. O ministério exigia que as seguradoras remunerassem a consulta de acordo com a tabela de preços das empresas, e não a praticada pelo SUS — "extremamente baixa". As seguradoras entraram com liminar e conseguiram a suspensão do pagamento.

Machado considera "imoral" o tratamento diferenciado em hospitais públicos para pacientes com plano de saúde privado mas concorda que o risco existe. "Já fui a hospitais públicos onde existiam divisões físicas e tratamento especial para quem pode pagar", garante. Para evitar a discriminação, Machado sugere que o paciente não seja identificado como beneficiário de plano de saúde, antes do atendimento.

**Raio X** - Para sensibilizar o poder público, Machado relatou em documento, entregue em novembro ao reitor, Rodolfo Pinto da Luz, estatísticas de atendimentos realizados no HU nos últimos cinco anos. A equipe do HU é formada por 1200 funcionários contratados, 215 via Fapeu — deste total, há apenas 280 médicos. São atendidos por mês, em média, 25 mil pacientes no ambulatório e 850 em internações. Dos mais de 10 mil pacientes da emergência, muitos poderiam ser atendidos em postos de saúde, o que diminuiria o tempo de espera de doentes emergenciais.

Marcela Campos

## MEC abre concursos para socorrer hospitais

Seis mil funcionários serão contratados, até julho, para trabalhar nos 45 hospitais universitários de todo o país. A portaria que define as vagas e procedimentos para os concursos públicos foi publicada no Diário Oficial, no dia 5 de maio. Para a UFSC estão destinadas 160 vagas — 132 recém-autorizadas e 28 redistribuídas. Os novos servidores vão substituir os profissionais contratados, emergencialmente e sem concurso, pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu). Com a mudança, o hospital estima uma economia de R\$ 350 mil, já que quem pagará o salário dos novos funcionários é o MEC e não mais o HU. Cargos acumulados desde o ano passado em um "banco de vagas" serão redistribuídos. Eles se referem a 1.700, das 3 mil vagas abertas pelo MEC que não foram preenchidas no período estipulado. Fernando Machado, diretor do HU, disse que as

vagas abertas resolvem o problema emergencial, mas são insuficientes no médio prazo, em função de aposentadorias, demissões e óbitos.

As vagas liberadas pelo Ministério da Educação já vieram distribuídas por categorias — enfermeiros, médicos, assistentes sociais, farmacêuticos, técnicos de enfermagem, técnicos de laboratório, técnicos de radiologia, auxiliares de laboratório, nutricionista, bioquímico, fisioterapeuta e fonoaudiólogo. Brevemente serão convocados os 100 servidores que já foram aprovados em concurso e aguardam contratação. Não há previsão de quando haverá concurso para vagas restantes — remuneradas com o piso de R\$ 809,64 para nível superior e R\$ 523,13 para nível médio. Candidatos ao concurso devem aguardar a publicação do edital, que vai informar o número de vagas, conteúdo programático, cronograma de realização de provas e as regras de pontua-

ção. Para se inscrever, além de habilitado na profissão, o profissional deve estar inscrito no Conselho Regional de sua área.

Desde o ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu que até julho as fundações devem dispensar os trabalhadores contratados por tempo indeterminado. É o caso dos 214 servidores do HU contratados via Fapeu. Destes, 60 são técnicos-administrativos, setor para o qual o MEC não liberou vagas. O Ministério está negociando um adiamento no prazo de dispensa com o TCU, até que sejam liberadas vagas para o setor administrativo. Se não houver prorrogação, os 60 funcionários da administração serão dispensados e o quadro profissional do HU ficará desfalcado na área. Machado declarou que todos servidores que serão demitidos, "como celetistas, terão seus direitos trabalhistas respeitados".

# Acabou a época dos grandes mitos

## Nelson Motta condena TV que criou célebres musicais e hoje aliena a população

**N**elson Motta é o tipo de pessoa que se tornou jornalista "quase sem querer". Entre rodas de violão na praia de Ipanema e noites de muito samba-jazz no Beco das Garrafas, tradicionais pontos de encontro da turma na década de 60, conheceu Nara Leão, Chico Buarque, Edu Lobo, Jorge Ben, entre outros futuros astros.

No apartamento de seu pai, em Copacabana, viu nascer em reuniões destes amigos o que viria a ser o momento musicalmente mais rico vivido pela música brasileira, a Bossa Nova. Para dar uma idéia do que ele presenciou, conheceu Roberto Carlos antes da fama, quando o futuro rei lhe foi apresentado em uma festa dessas como o "futuro príncipe da Bossa Nova". Imagine...

Desta maneira, a faculdade de Direito que cursava por imposição do pai advogado só podia se tornar um tédio mesmo. Quando conseguiu o primeiro emprego no *Jornal do Brasil* como repórter, ainda na faculdade, viu seu destino começar a delinear-se: a música brasileira que surgia precisava de um porta-voz, um divulgador, um "agitador cultural".

Colunista no jornal *Última Hora* e posteriormente em *O Globo*, divulgou ininterruptamente os artistas brasileiros em ascensão, bossanovistas e tropicalistas, que nos festivais da TV Record, disputavam a autoria do próximo hino da juventude sufocada pela ditadura. Teve casas noturnas no Rio e em São Paulo, em que bandas como Titãs e Blitz fizeram seus primeiros shows. Hoje é conhecido por revelar grandes talentos.

Como compositor, acabou por fazer grandes *bits*, que nem sempre são atribuídos a ele, como a versão *Bem que se quis*, interpretada por sua afilhada musical Marisa Monte e *Como uma onda no mar*, conhecida na voz de Lulu Santos, além de ser o autor do *jingle* que até hoje é tema de fim de ano da rede Globo, "hoje, é um novo dia, de um novo tempo...", sabem? É dele!

Autor da bem-sucedida autobiografia *Noites tropicais*, em que conta a história de sua vida junto a música brasileira, Nelson Motta, hoje aos 58 anos, falou ao *Zero* sobre seu novo livro, *O canto da seireia - Um noir baiano*, seu primeiro romance, e também do passado e do presente da música brasileira, assunto em que é considerado um *expert*.

**Z**ero - Há quanto tempo você voltou dos EUA?

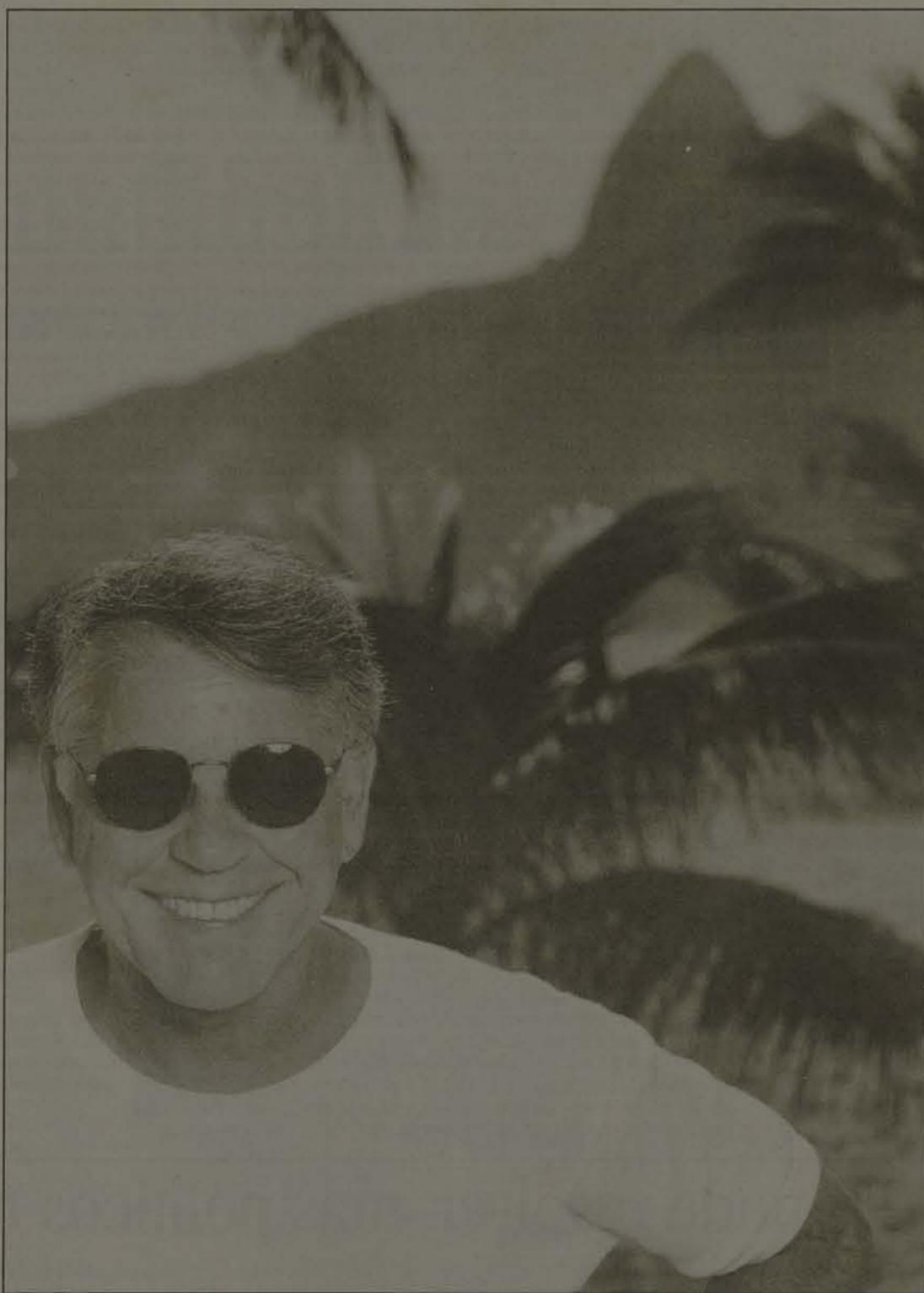
**Nelson Motta** - Eu moro no Rio há mais de dois anos. Só vou aos EUA duas vezes por ano para dirigir shows de música no final da temporada de verão de lá.

**Z** - Pra você esta é a verdadeira divulgação?

**NM** - É, a parte de autografar livro, ficar cantando é a mais chata. Eu gosto quando tem uma palestra também, um evento mais produtivo, onde eu possa dialogar com as pessoas. Tenho feito muitas palestras pelo Brasil, respondendo perguntas sobre música brasileira, ainda na onda de *Noites Tropicais*.

**Z** - Você consegue imaginar como o momento da música brasileira atual será visto daqui a 40 anos, como hoje analisamos os anos 60?

**NM** - Isso é impossível. Essa projeção contém vários outros fatores, totalmente imponderáveis, que interferem no processo musical de um país. A economia, a política, o mundo que está todo interligado não me permitem fazer essa projeção. O movimento artístico dos anos 60 e 70 se passava em condições muito diferentes, nos anos 60 quase tudo era no Rio e em São Paulo, em pequenos nichos. Tinha uma emissora de TV no Rio e uma em São Paulo, não ha-



Em matéria de música brasileira, Nelson Motta, jornalista por acaso e agitador cultural, sempre está em todas

via rede nacional. A comunicação entre as cidades era muito afastada, demorada. Isso permitiu o aparecimento de músicas muito sofisticadas, de pequenos nichos, como a Bossa nova na zona sul do Rio, que aos poucos foi se espalhando pelo Brasil.

**Z** - O fato de nascer no Rio favoreceu a Bossa nova?

**NM** - Favoreceu. Porque dali foi se espalhando para São Paulo e para o resto do Brasil. Uma coisa que hoje é instantânea, naquele tempo, levava meses para ser assimilado nas outras capitais. Era tudo muito distante.

**Z** - É comum se falar nos artistas consagrados. O que tocava no rádio naquela época? Era todo mundo bom?

**NM** - Era uma *porcariada* (sic) o que tocava em rádio. O que mais tocava era bolero, brega, samba-canção e um pouco de João Gilberto e Tom Jobim, Nara Leão, os artistas da Bossa nova. Mas não era um sucesso de massa. A programação de rádio sempre foi uma bosta. Você acha que nos anos 70 só tocava Caetano, Milton Nascimento, João Bosco no rádio? Tocava nada. Tocava um pouco de Chico Buarque, mas

o grosso da programação era um pop internacional de quinta categoria.

**Z** - Assim como hoje?

**NM** - Assim como hoje, por isso que essa música comercial, de massa, não tem a menor importância histórica.

**Z** - Então era pela televisão que os artistas da MPB ficaram conhecidos?

**NM** - Pela televisão e por shows. Tocava no rádio, mas era principalmente assim, da mesma maneira que é hoje. Se você olhar também toca coisa boa no rádio hoje, tanto é que o sucesso do verão no Brasil, o disco mais vendido, foi o da Marisa Monte do Arnaldo Antunes e o Carlinhos Brown, que vendeu mais de um milhão de cópias, então a coisa não está tão ruim.

**Z** - Você considera *Tribalistas* um exemplo de música boa e comercial ao mesmo tempo?

**NM** - Exatamente, o disco deles (*Tribalistas*) é sem nenhuma concessão comercial, com letras elaboradas e é um grande sucesso. Essa década de 90 revelou grandíssimos talentos, como a própria Marisa (Monte), Ed Motta, Cássia Eller, Adriana Calcanhotto, Skank, Jota Quest, em vários ramos musicais. Tem o Chico Science

e o pessoal do *manguebeat*, a Bebel Gilberto, Max de Castro... a música brasileira está em ótima forma.

**Z** - Em seu livro *Noites Tropicais*, você cita a presença do jornalista Samuel Wainer como incentivador da cena na época. Como era esse relacionamento?

**NM** - Ele dava muita força mesmo. Ele gostava de juventude e a música era o principal interesse da juventude na época.

**Z** - E como se dava esse apoio?

**NM** - Eu escrevia uma coluna diária no *Última Hora*. Ali eu divulgava os artistas.

**Z** - Como está o espaço para os artistas na mídia atualmente?

**NM** - Tem muito mais espaço, mas também tem muito mais artistas. Tem muito mais gente disputando o espaço. Sempre que me perguntam isso, se tem espaço para os artistas novos eu digo "claro que não. Se tivesse espaço pra todo mundo não teria espaço pra ninguém!". As pessoas acham que porque não tem espaço pra elas não tem espaço pra ninguém. Isso não é um problema geral. Ou é um problema geral também, que tem muita gente para pouco espaço.

**Z** - Como você compara os programas musicais de televisão dos anos 60 e de hoje, quando tinha-se Elis Regina apresentando o *Fino da Bossa* e hoje tem-se a Vanessa Camargo apresentando o *Jovens Tardes*?

**NM** - Isso é um problema da televisão, não dos músicos. Hoje é só Gugu, Faustão, essa *porcariada* toda que sempre teve. Só que até isso era melhor naquela época, em que tínhamos o Chacrinha, que era um gênio do humor, um cara completamente anárquico. Todo mundo sabe que a televisão aberta piorou no Brasil. Há 20 milhões de novos espectadores que nunca tiveram televisão e gostam de coisa brega, popular, não têm culpa nenhuma. Na televisão o povo está no poder. Eles fazem o que o povão quer, se quer isso, então que seja. Tem a televisão paga, que se você quiser, busca uma programação melhor. Na TV por assinatura você vê especiais do Milton Nascimento, da Rita Lee, de todo mundo. No caso da TV aberta o problema é a televisão, não os músicos.

**Z** - O que você acha do programa *Jovens Tardes*?

**NM** - Só assisti uns pedaços do primeiro e achei uma merda. Mas não esperava que fosse outra coisa diferente disso.

**Z** - Como se explica a diferença aparente de talento nos artistas de hoje e dos anos 60? Por que hoje se vê artistas com muito menos talento fazendo sucesso?

**NM** - Eu volto a dizer que isso é um problema da televisão, isso não tem a ver com a música. Os grandes sucessos populares dos anos 70, que vendiam dez vezes mais discos que Caetano e Chico, eram Nelson Ned, Waldick Soriano, Wando, Agnaldo Timóteo, Odair José. Esses são os "grandes" artistas. Esses são os KLB, as Vanessa Camargo, os pagodeiros da época.

**Z** - Você acompanha a cena independente, fora das grandes gravadoras?

**NM** - Eu acompanho alguma coisa da *Trama*, que os garotos são meus amigos.

**Z** - É possível uma grande gravadora reunir artistas como fez a Philips nos anos 60, juntando bossanovistas e tropicalistas?

**NM** - Não, isso não existe mais. É impossível. Essa estória de grandes gravadoras está acabando no mundo. É uma tendência mundial.

**Z** - A solução está nas pequenas gravadoras então?

**NM** - Pequenas gravadoras, músicas pela internet, distribuidoras independentes, companhias de marketing independente trabalhando para vários pequenos selos. Isso ainda vai demorar um pouco, mas essa forma atual de negócio já está esgotada.

**Z** - Os artistas sempre foram influenciadores de opinião popular. Por que hoje parece que não adianta ir para televisão falar as coisas? Por que essa influência é tão menor do que o constatado em outras épocas?

**NM** - Na verdade, nunca adiantou falar. Antigamente não tinha congresso, não tinha eleição, não tinha ONG, não tinha associação de bairro. Não tinha nada, não tinha como se expressar, então ficava tudo em cima da música, que mesmo assim era muito censurada. Hoje você fala o que quer, monta uma ONG, um partido político - esses são os canais de expressão hoje. Acho que isso é uma ilusão, artista não faz a cabeça de ninguém.

**Z** - O que é novidade num artista musical hoje?

**NM** - Absolutamente novo não existe. Existem reciclagens, remontagens, reinvenções de elementos musicais. Você ouve a música da África aqui hoje, do Oriente em tudo que é lugar, virou uma coisa só. O que parece novo no Japão pode ser *velberrimo* (sic) no Brasil, o que é velho nos EUA pode ser novidade na Ásia. Tudo ficou relativo, o lance é acrescentar informações novas, até mesmo pela fusão de outras coisas que, não foram feitas ainda.

Marco Britto

# Cineastas exigem parceria com TV

## Omissão das redes impede exibição e investimentos nas produções nacionais

**D**urante os dez dias do 7º Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), o público catarinense pôde apreciar vídeos, filmes de curta e longa duração, exibidos gratuitamente e participar de debates sobre a produção cinematográfica brasileira e latino-americana. Com um público cativo, que praticamente lotou todas as sessões, o FAM se consagrou como principal evento de integração do setor audiovisual do Mercosul. Nos debates, que contaram com a participação de políticos e de especialistas na área, foram discutidos temas como a cota de produção nacional em canais de televisão (veja quadro) e a integração das produções independentes na grande mídia.

No Encontro Parlamentar Mercosul, realizado no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, os parlamentares petistas Carlito Meres e Mauro Passos, representado pelo assessor Nelson Motta, foram ouvir e discutir as reivindicações do setor cinematográfico, reunidas em uma carta com sugestões para implementações de uma lei única do audiovisual para os países do Mercosul. O objetivo principal da carta é regulamentar o intercâmbio de filmes, exibições, co-produções internacionais, facilitando a circulação do material produzido nos países membros do mercado comum.

A presença de apenas dois parlamentares, e do mesmo partido, durante a sessão na Assembleia não desanimou Antônio Celso dos Santos, coordenador geral do FAM. "Isso reflete o desconhecimento dos parlamentares sobre o cinema. Parece que nós não soubemos esclarecê-los sobre esta importância".

A senadora Ideli Salvatti (PT), que fez apenas o pronunciamento de abertura do fórum devido ao compromisso com o ministro da Justiça, em Florianópolis no mesmo dia, citou a importância política do cinema. "Quando se fala em audiovisual, está se falando em imagem, tão necessária para a integração do Mercosul. Não devemos nos prender meramente na questão alfandegária para incentivar a cultura", ressaltou.

O deputado federal Carlito Meres endossou o discurso da senadora e defendeu a produção cinematográfica local. "O lobby dos grandes grupos é muito forte, vide a repercussão na mídia. Cerca de 87% dos recursos fica no eixo Rio-São Paulo". O deputado referiu-se ao protesto organizado pelo setor cinematográfico no Rio de Janeiro e em São Paulo, que semanas atrás gerou polêmica questionando a política do MinC, acusando o ministério de interferir no conteúdo das obras que obtém o recurso público advindo da Lei de Incentivo à Cultura.

"O mercado está em guerra", declarou Marcelo Cofitti, da Associação Brasileira de Documentaristas. "Hollywood detém hoje 97% do que é exibido no mundo e quer chegar aos 100%. Sem um recurso jurídico que proteja nossa produção e impeça a hegemonia dos americanos em nosso próprio mercado, não haverá saída", frisa.



Augusto Gongora



Augusto Seva

Augusto Seva, presidente da Associação Nacional de Cinema (Ancine), revelou alguns planos que a entidade pretende pôr em prática para democratizar o acesso ao cinema no Brasil. "Resumidamente, o plano consiste em duas fases. Primeiro direcionar as novas salas de exibição para zonas de menor poder aquisitivo, pois hoje se concentram em zonas ricas, shopping centers. O segundo passo é tirar o foco das grandes cidades e levar salas para o interior". Segundo Seva, o Brasil, com 175 milhões de habitantes, possui 1800 salas de projeção, número considerado baixíssimo.

Uma lei que protege o produto nacional e não é cumprida é a lei do curta-metragem, que exige que se exiba um filme desse tipo antes dos longa-metragens exibidos em salas de cinema. O deputado Carlito Meres disse que sua primeira providência para atender às reivindicações do setor será fazer com que se cumpra esta lei. Outra idéia do deputado é instalar uma Sub-comissão de Cinema na Comissão de Cultura da Câmara, a exemplo do Senado, para que se possa agilizar a regulamentação dos projetos de lei relativos ao audiovisual.

**Produção regional é nova tendência** – "É fundamental que cada estado se mobilize como um país, afinal os nossos 27 estados são metade da América Latina" sugeriu Augusto Seva durante a discussão sobre produção regional em cinema e televisão, painel pertencente ao 7º Seminário de Cinema e Televisão do Mercosul. Reunidos no hotel que sediou as discussões do FAM, especialistas como Roberto Faria, diretor da série *Brava Gente*, Augusto Gongora, da TV Nacional do Chile, Mário Borgneth, responsável pelos documentários da TV Cultura e outros, discutiram como integrar as produtoras independentes que surgem no Brasil com a grande mídia, que tem a audiência necessária para divulgar estes produtos audiovisuais e gerar patrocínios e investimentos para o setor.

O mercado dos EUA, sempre usado como parâmetro, terceriza 80% de sua produção para produtoras independentes dos grandes estúdios. Na América Latina, este método parece ser mais usado nas televisões públicas. "Ao invés de enxergar o consumidor, o cidadão. Em vez do mercado, a sociedade". Esta é, segundo Borgneth, a linha editorial seguida pela TV Cultura no Brasil. O coordenador de documentários conta que a emissora teve uma grande virada na produção ao associar-se com produtores independentes. "Co-produzir é mais barato que produzir sozinho", lembra. A TV Cultura estava com uma média de três documentários feitos por ano em 1998. Quando passou a interagir no mercado, fornecendo estrutura de produção e veiculação, o número de documentários subiu para 70 ao ano. "Hoje recebo cerca de 200 projetos anualmente. Tenho que selecionar 70", revela Borgneth. A TV Cultura cria seus documentários e ainda recebe idéias de toda parte do país, devido a parceria com as produtoras.

A TV Nacional do Chile também passou por uma grande inversão de números na última década. Depois de anos à serviço da ditadura de Pinochet, a emissora estava desacreditada. "A TV passava uma nação imaginária, a nação idealizada pela ditadura", conta Augusto Gongora, um dos idealizadores do novo perfil da programação. Para alcançar a liderança entre seis canais abertos e 100 de TV por assinatura, a TV Nacional definiu seu modo de atuação em dois aspectos. Um de representar na tela os anseios da sociedade, ao mesmo tempo relatando e decifrando-a, depois de um período sem democracia. A outra faceta é a de propor idéias, mostrar o verdadeiro Chile através da sua produção original em cinema, música, teatro, dando atenção à programação cultural. "Estamos vivendo um momento de interpretar a sociedade chilena e propor material televisivo para ela", diz o produtor.

Nelson Hoineff, presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes, admira a performance do colega chileno e metralha a política cultural brasileira. "É preciso mudar os paradigmas da televisão brasileira", exclama. "Não podemos pensar em adaptar nossa produção ao esquema vigente", continua, referindo-se à relação das produtoras com as grandes emissoras de TV. Hoineff aponta que do jeito que as coisas são feitas hoje, o dinheiro que as emissoras deduzem em imposto para patrocinar filmes acaba voltando, pois em muitos casos produções independente são exibidas apenas em troca de mídia. "O produtor sai com o pires na mão para comprar espaço e veicular o que na verdade é público, já foi pago", reclama.

Para Leopoldo Nunes, da Secretaria do Audiovisual do MinC, a saúde inicial está na TV pública. "As TVs educativas são um instrumento público muito importante, um canal aberto junto às grandes emissoras", opina. Segundo Mário Borgneth, da TV Cultura, a Associação Brasileira de Televisões Públicas, Educativas e Culturais (ABPEC) forma uma rede que abrange 23 estados do Brasil. Atinge simultaneamente, em horários combinados, 83 milhões de espectadores, ficando atrás só da Rede Globo em audiência nacional. Os programas são selecionados por um conselho da entidade e transmitidos em rede por todas afiliadas.

No seminário não se formulou uma carta de reivindicações. O diálogo serviu na verdade para pôr em contato os profissionais do ramo e para que propusessem soluções de articulação do setor audiovisual brasileiro. O próprio Augusto Seva confessou em certo momento estar "embananado" com a reclamação do diretor Roberto Faria, que pediu mais transparência no processo de aprovação para pedido de amparo na Lei de Incentivo, feito pela Ancine.

O chileno que mudou a TV Nacional sugere o caminho das pedras para se mudar a concepção de programação do Brasil. "É importante idealizarmos uma programação cultural que não englobe só a produção artística, mas o nosso estilo de vida, os problemas da modernidade vividos em nossa sociedade", conclui.



Alberto Flaksman



Tereza Trautman

Marco Britto

## Taxação de 2% pode resolver, mas políticos não peitam

Você está zapeando os canais da TV aberta e pode escolher qual filme – brasileiro – quer assistir hoje: na Globo, *Abril Despedaçado*; no SBT, *Xuxa e os Duendes*. Se preferir, *Janela da Alma*, na Rede Record, ou um dos sucessos de Mazzaropi, na TV Cultura. A cena, se parece pouco verossímil atualmente mas pode ser realidade num futuro próximo. Foi com a intenção de discutir propostas para concretizar brevemente idéias como essa que se realizou, entre os dias 26 e 28 de maio, o Fórum Audiovisual, parte da programação do 7º Florianópolis Audiovisual Mercosul. Estiveram presentes alguns dos principais especialistas no assunto, como Wilson Cunha, diretor do canal Brasil, a diretora e produtora Tereza Trautman, o cineasta Roberto Faria, Alberto Flaksman, um dos superintendentes da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Assunção Hernandez, presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC). Que o cinema é um bem cultural e econômico valioso todos sabem. O que ainda não está definido é o que fazer para torná-lo parte da vida dos brasileiros.

O país tem aproximadamente 175 milhões de habitantes, dos quais somente 10 milhões frequentam cinemas – o brasileiro vai ao cinema uma vez a cada dois anos. Como garantiu o presidente Lula, em frase repetida em congressos e seminários, "o povo brasileiro tem o direito de ver o seu cinema, nem que seja a custo zero". A televisão surge como forma de incentivar a cinematografia, através da produção e da veiculação dos produtos audiovisuais. "Falar em cinema sem colocar a TV na equação é uma ilusão", acentua Arnaldo Flaksman, da Ancine.

Em tramitação na Câmara, o projeto de lei 256/91, da senadora Jandira Feghali (PCdoB), prevê que as emissoras de rádio e televisão

sejam obrigadas a exibir em sua programação diária um mínimo de 30% de programas culturais, artísticos e jornalísticos regionais. Regulamentar a Constituição Federal, obrigando as emissoras de televisão a terem em sua programação um percentual de produção brasileira independente – sem vínculos econômicos ou de parentesco com as emissoras – é um dos principais encaminhamentos do Congresso Brasileiro de Cinema. Sediada no Rio de Janeiro, congrega entidades envolvidas na produção, exibição, distribuição e divulgação das obras audiovisuais.

Por enquanto, a única opção do telespectador interessado no cinema nacional é ser assinante de uma rede de TV paga, que garante acesso ao Canal Brasil, associado à Globosat. O decreto lei 2206/97, que modifica a chamada "Lei do Cabo", regulamenta que pelo menos um canal oferecido pelas operadoras deve ser dedicado às obras cinematográficas e audiovisuais brasileiras de produção independente. Um canal é insuficiente, desafia Assunção Hernandez, presidente do CBC. "Dessa maneira podemos ficar sujeitos ao monopólio, ao que a empresa quer exibir ou comprar". A proposta do CBC é que se revise a regulamentação atual ou que se crie pelo menos mais um canal como o Canal Brasil. O ideal, diz Hernandez, é que todos os canais brasileiros, tanto da TV aberta quanto da TV paga, dediquem um tempo da sua programação ao cinema nacional independente.

A TV tem um papel importante não só na veiculação, mas no financiamento da produção cinematográfica. A idéia do CBC é que 2% do faturamento das emissoras se destine à compra de filmes brasileiros e outros 2% às co-produções com produ-

ras independentes. Roberto Faria, cineasta e ex-presidente da Embrafilme, vai além argumentando que a tentativa de sensibilizar o governo é antiga, e propõe que os recursos não sejam retirados do Tesouro nacional. A idéia é adotar um modelo semelhante ao da Argentina e de países europeus, onde um percentual da venda de televisores, aparelhos de vídeo e DVD se destina a um fundo de apoio ao cinema. Seria uma taxa irrisória, de R\$ 1 ou R\$ 2. "Imagine dois reais multiplicados por 40 milhões de aparelhos vendidos. O público não se sentiria lesado, pelo contrário, se sentiria parceiro do cinema", acredita. Outra idéia interessante, lembra Assunção Hernandez, é destinar parte da venda dos ingressos de cinema para a produção audiovisual independente, como fazem os argentinos.

"O cinema é quase predominantemente estrangeiro, só não é porque o brasileiro prefere o que é brasileiro", arrisca Roberto Faria. O pequeno espaço destinado à produção nacional é um dos motivos da crise pela qual passa a TV paga hoje, lembra a diretora Tereza Trautman: "O povo quer se ver. Cancela a assinatura três meses depois, pois a TV não fala a sua língua". Os números surpreendentes do público de filmes como *Deus é brasileiro*, *Carandiru*, ou *Cidade de Deus* servem para exemplificar que o brasileiro está começando a valorizar seu cinema. Sabe, mas conhece pouco. Criar a indústria do audiovisual, que incentive e dissemine tanto pequenas e médias como longas produções, é uma das necessidades mais urgentes. Vontade de produzir e curiosidade em conhecer o brasileiro tem de sobra.

Paula Albuquerque



Fotos: Carlos André Lanier - Zero

Ensaios: apresentações do Cena 11 impressionam pelo visual diferenciado onde bailarinos são elogiados pela crítica, inclusive a estrangeira, que reviu conceitos sobre o exotismo do grupo

# Dança multimídia encanta Berlim

## Games, Artaud, risco e polêmica impulsionam carreira internacional do Cena 11

O Cena 11, único grupo de dança profissional de Santa Catarina, tem motivos de sobra para comemorar uma década de existência. Dois anos depois de ter triunfado em Portugal com o espetáculo *In perfeito*, o grupo apresentou em Berlim o eletrizante *Violência - Um mix do universo dos games*, da influência de Antonin Artaud, moda e movimento punk, que trata da espetacularização da agressividade humana. O estilo irreverente do Cena 11, já consagrado no Brasil, busca consolidar-se no cenário artístico internacional.

A companhia dirigida por Alejandro Ahmed participou do *Festival Move Berlim*, entre os dias 4 e 17 de abril, com outros grupos que se destacam na dança contemporânea brasileira. O festival teve como proposta desmistificar ao público alemão o rótulo de exotismo que recai sobre a dança desenvolvida no Brasil, enfocando sua pluralidade de estilos e linguagens. Além disso, a preocupação dos organizadores foi trazer companhias dos centros culturais periféricos do país, como o próprio Cena 11 - procedente de uma cidade sem antecedentes de grupos profissionais.

*Violência* surpreendeu o público e obteve comentários elogiosos da crítica especializada. Além disso, a companhia retornou da Europa com perspectivas de se apresentar na Bélgica e de uma residência coreográfica em Berlim, previstas para 2004. "A dança que circula pela Europa na maioria das vezes, é constituída por elementos que facilmente qualificam a dança brasileira. Talvez por isso a surpresa em relação ao Cena 11 pela maneira como processa a contemporaneidade no Brasil", avalia Ahmed.

A usual abordagem de ciência e tecnologia nas produções - seja através do cenário, dos textos recitados ou dos movimentos - levou a companhia a conquistar respeito singular por parte do público e da crítica. O primeiro espetáculo, *Respostas sobre dor* (1995) rendeu comentários elogiosos na mídia nacional, além de uma indicação para o prêmio Mambembe de dança, concedido pela Funarte. Dois anos depois, *O novo canção* efetiva o Cena 11 entre as novas promessas da dança nacional. A popularidade e o reconhecimento vieram com *In perfeito* (1997) e *A carne dos vencidos no verbo dos anjos* (1999), resultando em convites para participar de importantes festivais de dança, como o Festival Comfort em Dança (1997); o 17º Festival de Dança de Joinville (1999); o Festival Internacional de Dança Contemporânea e Encontros Acarte- ambos em Portugal.

Apesar de ser um dos representantes da dança brasileira, muitos identificam nas composições do Cena 11 traços genuinamente europeus. Ahmed não nega as influências de coreógrafos estrangeiros, como Alain Platel e Pina Bausch, mas ressalta que o espectador brasileiro sabe muito bem receber o trabalho do grupo. "A platéia já sabe que aparecem kamikases no palco", brinca, referindo-se aos movimentos arriscados de *Violência*.

Definida por Helena Katz, crítica do *O Estado de São Paulo*, como "dança de risco", as coreografias do espetáculo são permeadas de saltos e quedas bruscas no palco de acrílico. Os bailarinos caem e continuam a dançar, como se estivessem atuando num *videogame* onde o personagem, mesmo tendo perdido uma de suas vidas, volta a lutar contra libélulas ou monstros alados. Mas para fazer todas essas estripulias ao vivo, os bailarinos precisam encarar muitas horas de treino. Munidos de joelheiras para amortecer os impactos das quedas, lá estão eles, diariamente, ensaiando com vigor cada cena de *Violência*.

E quem disse que não há temores para se espatifar no chão? "Até hoje, sinto um friozinho na barriga quando devo cair de frente", confessa Karin Serafin, bailarina e diretora de ensaio do grupo. De qualquer forma, salienta, a superação de um risco sempre vai resultar em novas manobras que tendem a ser mais difíceis ainda. Novas modalidades acrobáticas criadas pelo Cena 11 poderão ser vistas no próximo trabalho coreográfico, *Skinner box* - ainda em fase de experimentação e pesquisa através do *Projeto SKR* (veja texto).

As apresentações no Rio de Janeiro e em Florianópolis dos procedimentos 1 e 2 do projeto já deram um gostinho ao público da novidade da companhia. *Skinner box* proporcionará a interação dos bailarinos com um robô guiado por telecomando. "Quero construir uma ponte entre tecnologia, corpo e dança, buscando respostas de como essas interseções podem determinar o comportamento humano", diz Ahmed. O tema do espetáculo foi inspirado nos estudos de Frederick Burhus Skinner, um psicanalista entusiasta do behaviorismo, que trata das relações humanas com o meio ambiente.

Quem conhece o Cena 11 sabe que é sua marca registrada incorporar elementos inusitados em cena. Já se viu de tudo desde *Respostas sobre dor*, o primeiro espetáculo da companhia: uso de pernas-de-pau, projeção de slides, patins, lupa, andador de bebês, poemas recitados no microfone, músicos circulando pelo palco. O coreógrafo, porém, adver-



Grupo catarinense costuma surpreender o público ao usar pernas-de-pau e outros elementos inusitados no palco

## "Robô-bailarino" foi desenvolvido na UFSC

Um pequeno aparelho eletrônico, parecido com um carrinho, com 40 centímetros de comprimento e 20 centímetros de altura é o mais inusitado personagem durante as apresentações do Projeto SKR - que precede *SkinnerBox*, o novo espetáculo do Cena 11. Depois de cada exibição, há debates com psicólogos, cientistas e atores. Desenvolvido pelo Rexlab - Laboratório de Experimentação Remota - da Universidade Federal de Santa Catarina, o robô começará marcando no chão os pontos para onde os atores se irão deslocar; depois se comportará como se recebesse ordens, afastando-se ou aproximando-se dos bailarinos. A única restrição é que não fará isso, ainda, conscientemente.



Robo interage com bailarinos

Assim como na parceria com o estilista do presidente Lula, seria ótimo se todas as idéias pudessem ser concretizadas. O patrocínio anual da Brasil Telecom, apesar de cobrir os custos básicos, muitas vezes não garante o financiamento de pesquisas e a compra de novos materiais. Isso está ocorrendo com a produção de *Skinner box*: pois alguns detalhes da estréia dependem de recursos externos. Felizmente, o Cena 11 já está acostumado a improvisar para atingir seus objetivos.

"O grupo tem uma bela capacidade de se auto-organizar", elogia Ahmed, que conta com um elenco constante, comparado à rotatividade de outros grupos". Formado pelo próprio coreógrafo, por Karin Serafin, Fernando Rosa e pela música Hedra Rockenbach, o núcleo de criação divide-se em mil para fazer as coisas acontecerem. Eis, aí, um demonstrativo da filosofia do grupo. "Somos punks - não no sentido estético, mas por levar a sério o espírito 'do it yourself' (faça você mesmo)".

Reportagem de Rúbia Muttini

te: "Não coloco isso como alegoria, mas para mostrar a relação do sujeito com o objeto". Outro gênero que exerce influência no processo de criação é a moda. "A roupa é uma extensão do corpo, logo, a maneira de se vestir é uma extensão da maneira de se comportar". Em fevereiro, parte da companhia encontrou-se com o estilista paulistano Ricardo Almeida para discutir o figurino de *Skinner box*.

Assim como na parceria com o estilista do presidente Lula, seria ótimo se todas as idéias pudessem ser concretizadas. O patrocínio anual da Brasil Telecom, apesar de cobrir os custos básicos, muitas vezes não garante o financiamento de pesquisas e a compra de novos materiais. Isso está ocorrendo com a produção de *Skinner box*: pois alguns detalhes da estréia dependem de recursos externos. Felizmente, o Cena 11 já está acostumado a improvisar para atingir seus objetivos.

"O grupo tem uma bela capacidade de se auto-organizar", elogia Ahmed, que conta com um elenco constante, comparado à rotatividade de outros grupos". Formado pelo próprio coreógrafo, por Karin Serafin, Fernando Rosa e pela música Hedra Rockenbach, o núcleo de criação divide-se em mil para fazer as coisas acontecerem. Eis, aí, um demonstrativo da filosofia do grupo. "Somos punks - não no sentido estético, mas por levar a sério o espírito 'do it yourself' (faça você mesmo)".

Fernanda Menegotto

# Lições sobre cobertura de guerra

Repórter deve viver as situações. Atuação exige escrupulos, honradez e respeito

Ryszard Kapuscinski

A guerra é a degradação do homem ao mesmo nível da besta. Cada guerra é uma derrota para todos. Não há nenhum vencedor. Tenho presenciado muitas guerras, mas recordo especialmente como acabou a Segunda Guerra Mundial. Houve alguns dias de euforia, mas logo foi-se revelando a enorme infelicidade que a acompanhava: os mutilados, as crianças órfãs, as cidades feridas e arrasadas, as pessoas irremediavelmente enlouquecidas.

A guerra não acaba no dia em que se assina o armistício. A dor persiste muito tempo. Existe um conto do escritor polonês Jerzy Andrzejewski intitulado *O verdadeiro final da grande guerra*. O verdadeiro final da guerra ocorre muitos, muitos anos depois da declaração oficial. No fundo, a guerra não acaba nunca. A guerra é consequência da interrupção da comunicação entre os homens. Não há que esquecer nunca que a capacidade de comunicar-se é a essência da humanidade. Às vezes, em momentos como estes, alguém sente a necessidade de fugir da corrente do rio e sentar-se na margem para observar as coisas de fora. Os acontecimentos se sucedem, velozes e caóticos, e formam redemoinhos contraditórios e incompreensíveis. É preciso aprender a olhar debaixo da superfície, onde tudo acontece mais lentamente e é possível tentar captar a natureza profunda da história que estamos vivendo, o que Fernand Braudel chamava "longa duração".

Eu queria escrever um livro sobre a globalização. No último ano e meio voltei a viajar pelo mundo para recolher material e conversar com as pessoas, sobretudo na América Latina. Mas me dei conta de que este mundo muda tão depressa, de forma tão radical e violenta, que não posso escrever nenhum livro nem dar nenhuma descição convincente. Não há tempo para fazer alguma reflexão profunda de fora. E, no entanto, estou convencido de que o que faz falta é precisamente tentar fazer uma reflexão serena sobre o mundo. Mas, para fazê-la, é preciso distanciar-se dos acontecimentos, encontrar uma perspectiva mais ampla e elaborada. Isto é o que estou fazendo agora. E para isto me pus a seguir os passos de Heródoto: o mestre de todos nós, o primeiro repórter, um fenômeno único na literatura mundial.

**Os passos de Heródoto-** Heródoto foi o primeiro que entendeu que, para compreender e descrever o mundo, faz falta recolher grande quantidade de material e, para ele, alguém tem que sair de sua terra, viajar, conhecer pessoas que nos relatem suas histórias. Nosso relato é o resultado do que vimos e do que nos contam as pessoas. Nós, repórteres, somos o resultado de uma escrita coletiva. O material de nossos textos constituem os relatos de centenas de pessoas com as quais falamos.

Heródoto não descrevia o mundo como faziam os filósofos pré-socráticos, partindo de seu próprio pensamento, somente contava o que havia visto e ouvido em suas viagens. Sua filosofia consistia em que é necessário viajar e descobrir histórias novas. Estava convencido de que as culturas se misturam e que, inclusive quando há um conflito, não há por que ser um aniquilamento. Heródoto polemiza com seus compatriotas, demonstra e prova, por exemplo, que os gregos, sem a cultura egípcia, não seriam nada. Nenhuma civilização existe de forma isolada: há uma interação constante. É um cronista e, ao mesmo tempo, um patriota grego. Mas nunca emite uma palavra de ódio. Nunca usa termos como inimigo ou aniquilamento. A linguagem do ódio não tem lugar em seus textos. Escolhe palavras dramáticas, que servem para mostrar a desgraça humana dentro do conflito. O que mais o interessa é destacar as razões das duas partes. Não julga. Dá aos leitores as faculdades e os materiais necessários para formar sua própria opinião. Muitas vezes, mais

que de cronista, tem atitude de estudioso: depois de narrar, faz perguntas.

Tudo se baseia em um questionamento dramático: Por que se faz a guerra? Ouvi falar pela primeira vez de Heródoto quando estudava História na Universidade de Varsóvia, mas estávamos no período stalinista e seus livros, embora traduzidos, permaneciam guardados nas caixas da editora. Porque sua obra é uma grande apologia da democracia, uma acusação contra sátrapas e tiranos. Mostra que a guerra era o conflito entre a democracia e a ditadura, e que a primeira venceu porque os homens livres estão dispostos a dar a vida para conservar sua liberdade. Naquela época, na Polónia, publicar um livro que exaltava a democracia e a liberdade, e que condenava as ditaduras orientais, era impossível. Foi preciso esperar até 1954, depois da morte de Stalin e num clima de tímida liberalização, para que se pu-

blicassem as *Histórias*.

Em 1956, recém concluído meu curso, tive possibilidade de viajar ao exterior pela primeira vez, à Índia, Paquistão e Afeganistão, enviado pelo jornal das juventudes comunistas, *O Estandarte dos Jovens*. A diretora me presenteou para a viagem com um exemplar das *Histórias* de Heródoto. Com aquele livro iniciei minha viagem no jornalismo, começando por uma escala de dois dias em Roma. A Itália foi o primeiro país que via fora do bloco soviético. Do céu, me recordo, vi uma cidade toda iluminada. Me causou uma grande impressão que ainda hoje perdura. E aquele livro tem me acompanhado em todas minhas viagens. Inclusive agora o trago sempre comigo, como fonte de inspiração, reflexão e prazer. Um modelo de objetividade e informação completa para nosso ofício de "investigadores do mundo".

**Guerra de manipulação-** Para muitos, este trabalho não é mais uma forma de ganhar dinheiro, mas também há muitos jovens que se perguntam sobre o que fazem e buscam mestres e exemplos - vejo isto constantemente nos contatos que mantenho em universidades, durante conferências e apresentações de meus livros. O livro sobre Heródoto será para eles: vão constatar, há 25 séculos, viveu um homem que compreendeu que o jornalismo é um ofício que deve para praticar-se com escrupulos, honradez e respeito, e que combate o partidarismo e o chauvinismo. Heródoto quis apresentar o mundo como um lugar habitado por pessoas que podem e devem viver juntas e em paz.

Meu trabalho é uma missão e deve estar sujeito a alguns valores; deve ajudar a manter o equilíbrio do mundo, uma ordem não só política como ética. A guerra do Iraque tem muitas facetas. Uma delas, por exemplo, é a guerra televisiva entre a Al Jazira e CNN, uma grande guerra de manipulação. Um conflito de propaganda através da mídia. Cada um tenta mostrar a



David Leeson-Dallas Morning News/Corbis

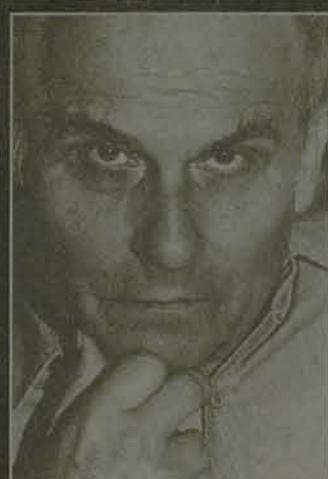
guerra que lhe convém para seus fins (tanto nacionais como internacionais). Não é nenhuma coisa nova. Faz alguns anos, um amigo meu, o grande jornalista Philip Knightley, escreveu um livro que todos deveriam reler hoje: *The first casualty (A primeira vítima)*. Nele, Knightley mostra que as informações sobre as guerras, desde a da Criméia até a do Vietnã, sempre foram manipuladas. Os repórteres contavam os fatos de maneira bastante objetiva, mas, quando mais notícias chegavam às sedes dos jornais, em Londres ou Paris, eram distorcidas completamente, por razões políticas ou de conveniência. De forma que os dados que surgiam no papel impresso não tinham nenhuma relação com a realidade. Se em uma página se colocassem a informação que contavam os jornais e, ao lado, os fatos que de verdade tinham ocorrido, se descobririam duas histórias opostas.

A primeira vítima de qualquer guerra é a verdade. E continua sendo hoje. Estudei os boletins de imprensa da guerra de 1972 entre Israel e Egito. Incrível o que diziam, as duas forças em combate haviam destruído, reciprocamente, três vezes os meios reais do inimigo. Quando começa um conflito, o que interessa não são as notícias, e sim seus efeitos psicológicos. Assim se entende melhor, por exemplo, a contínua destruição da verdade levada a cabo na Rússia, desde a Revolução bolchevique até a queda da URSS, e inclusive depois. Rússia é um país que sempre se sentiu em guerra, rodeado de inimigos. Por extensão, não podia haver mais que uma manipulação constante dos fatos: nada de objetividade, somente propaganda. Hoje, a máquina que seleciona as notícias e as manipula tem que ser muito mais potente, porque ocorre debaixo do olhar das câmeras de televisão. Todo o mundo pode sentir-se envolvido emocionalmente desde sua casa.

Há que ter-se claro que em mim têm convivido dois ofícios: o jornalista de agência de notícias (para a polonesa Pap) e o historiador-escritor. Ser correspondente, um trabalho cansativo, era minha única forma de ter dinheiro para viajar. Mas, como jornalista, tinha que estar sujeito aos critérios de brevidade e economia. Não podia oferecer um quadro completo da situação, em meus artigos não havia lugar para as sensações, o âmago das coisas, as reflexões, os paralelismos históricos. Trabalhava nos países do chamado Terceiro Mundo e redigia informações muito "pobres". Reduzia tudo aos fatos crus. Mas assim impedia que meus leitores obtivessem um sentido das proporções. Fora de seu alcance restava um mundo imenso. Por isso comecei a escrever livros. Voltava das viagens com um material riquíssimo que me permitia, em minha casa em Varsóvia, explicar com calma o mundo daqueles fatos que antes só havia contado telegraficamente.

Nunca escrevi meus livros sobre o terreno nem o instante; alguns, muitos anos depois. Somente assim podia entrar, como Heródoto, até o âmago das coisas. Tentava superar o caráter telegráfico dos despachos de agência empregando uma linguagem diferente. Minhas viagens de trabalho se converteram na forma de recarregar as baterias do historiador-escritor. Quando tinha um dia livre, fazia anotações ou pegava a câmera fotográfica para fixar (como se vê em *Ébano*, meu livro ilustrado) rostos, cores e todas as coisas que, por desgraça, não é possível descrever com números e dados. Sempre tentei unir a linguagem rápida da informação com a língua reflexiva do cronista medieval. Meus livros e minhas fotos tem sabor de autenticidade porque estive verdadeiramente nestes lugares, vivi essas situações, as vezes inclusive com risco para minha vida.

Tradução: Ricardo Barreto



Kapuscinski: autor de 19 livros

## Repórter do século cobriu 27 conflitos

Ryszard Kapuscinski, 70 anos, experiente jornalista polonês já cobriu como correspondente 27 revoluções, golpes de Estado e insurreições em diversos países. Trabalhou para a agência Polish Press e já colaborou com a revista *Time* e os jornais *The New York Times* e *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. Considerado o "repórter do século XX", dividiu no dia 30 de abril com o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez o Prêmio Príncipe de Astúrias de Comunicação e Humanidades, concedido pelo governo espanhol. É autor de 19 livros traduzidos para 30 idiomas. Entre eles *O imperador* (1978), *O xá dos xás* (1987), *Lapidarium* (1990), *A guerra do futebol* (1992), *Imperium* (1994) e *Ébano* (1998) foram publicados no Brasil.